

**Avaliação do risco**  
na defesa de  
**direitos humanos**  
**Guia Metodológico**  
a partir do **enfoque**  
**psicossocial**







NORWEGIAN  
HUMAN RIGHTS FUND



Ziviler Friedensdienst  
Servicio Civil para la Paz



Aluna Acompañamiento Psicosocial, A.C.  
Yosemite 45, of. 2  
Col. Nápoles, Del. Benito Juárez  
C.P. 03810 Ciudad de México, México  
[www.alunapsicosocial.org](http://www.alunapsicosocial.org)  
[www.facebook.com/alunapsicosocial](https://www.facebook.com/alunapsicosocial)

Esta sistematização e publicação foi realizada graças a fundos financiados pelas agências Dia Mundial de Oração, Open Society Foundations e Fundo Norueguês para os Direitos Humanos, aos quais estamos especialmente gratos por isso.

Agradecemos às agências Pão para o Mundo, Hispanics in Philantropy e Misereor por contribuírem para o desenvolvimento do trabalho realizado por Aluna.

A tradução desta publicação foi apoiada pelo programa Serviço civil para a paz de Brot für die Welt (Alemanha).

Primeira edição: junho 2021. Cidade do México, México.

Segunda edição: novembro 2021. Cidade do México, México.

Edição em português: dezembro 2021.

É autorizada a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte. Publicação de distribuição gratuita, é proibida sua venda.

Avaliação de risco na defesa de direitos humanos. Guia metodológico desde o enfoque psicossocial por Aluna Acompañamiento Psicosocial, A. C., está licenciada sob a licença Atribuição-NãoComercial-Compartilha Igual 4.0 Internacional de Creative Commons.



Impresso por El Recipiente en la Ciudad do México, México.

A elaboração desta publicação foi baseada no *Cuaderno para facilitar Valoración de Riesgo Guía Metodológica* [Caderno para Facilitar Avaliação de Risco Guia Metodológico], elaborado por Lorena Peralta (2016) e com contribuições de Sandra Hertkorn (2017), assim como em diversas publicações da Aluna Acompañamiento Psicosocial A.C., entre elas: *Claves hacia el acompañamiento Psicosocial* [Chaves para o acompanhamento psicossocial] (2016), *Modelo de acompañamiento psicosocial Aluna* [Modelo de acompanhamento psicossocial Aluna] (2017); *¿Cómo enfrentamos el miedo en el contexto actual las defensoras?* [Como as defensoras enfrentamos o medo no contexto atual?]

***Agradecemos e dedicamos este material a todas as pessoas e organizações que nos permitiram acompanhá-las desde o enfoque psicossocial.***

***Ao recuperarmos parte destas experiências enriquecemos a metodologia que hoje compartilhamos com outros sujeitos políticos, contribuindo dessa forma para que possam enfrentar os riscos de melhor maneira em um contexto de violência sociopolítica.***

## **CRÉDITOS**

### *Autoria*

Aluna Acompanhamento Psicosocial, A.C.

### *Redação de conteúdo*

Lorena Peralta  
Sofia Angélica Silva  
Sandra Hertkorn

### *Revisão de conteúdo*

Clemencia Correa  
Laura Espinosa

### *Coordenação do processo*

Laura Espinosa  
Sofia Silva

### *Design editorial*

Gabriela Reygadas

### *Capa*

Gabriela Reygadas  
Manuel León

### *Revisão, redação e ortografia da versão original em espanhol*

Valentina Gatti

### *Tradução da versão em português*

Nuri Romero Maury / iSimultânea

# SUMÁRIO

7	Introdução
9	Segurança a partir do enfoque psicossocial
14	Fundamentos metodológicos
<b>17</b>	<b>Oficina: A avaliação de risco</b>
19	Exercício 1. Apresentação e expectativas
19	Tema 1. Por que falar em segurança a partir do enfoque psicossocial nos contextos de violência sociopolítica?
20	Exercício 2. Diálogo sobre segurança
21	Tema 2. Estratégia de segurança
23	Tema 3. Avaliação de risco
<b>25</b>	<b>Análise de contexto</b>
26	Exercício 3. Exploração da realidade
28	Exercício 4. Análise do projeto político
29	Exercício 5. Mapeamento e análise de atores
<b>33</b>	<b>Análise de incidentes de segurança e ameaças</b>
35	Exercício 6. Análise de incidentes de segurança
38	Exercício 7. Análise de ameaças
<b>40</b>	<b>Leitura localizada do risco</b>
40	Exercício 8. Fórmula do risco
45	Tema 4. Análise do medo
48	Tema 5. Plano de proteção e protocolos
50	Exercício 9. Plano de proteção
52	Em resumo: Considerações para a avaliação de risco a partir do enfoque psicossocial
53	Glosario
58	Apêndice



# INTRODUÇÃO

Falar em segurança no marco da defesa dos direitos humanos no México tem se tornado uma prioridade, desde que supõe um dos desafios mais importantes por conta da complexidade dos contextos nos quais as pessoas defensoras levam a cabo seu trabalho e aos inúmeros riscos que enfrentam no marco da **violência sociopolítica** sustentada no sistema neoliberal e patriarcal. É por isso que diversas organizações cuja atuação é desenvolvida nessa área têm utilizado suas experiências para construir metodologias que permitem analisar os contextos, os riscos e as situações às que estão expostas as pessoas e coletividades que contribuem com o seu trabalho para a transformação social.

Existem muitas ferramentas que, por sua vez, respondem a diferentes formas de olhar, pensar e agir em relação à segurança. O conteúdo deste guia está baseado em metodologias internacionais de organizações como Protection International e Front Line Defenders, assim como de organizações do México como Acción Urgente para Defensores, Comité Cerezo México, entre outras. Assim, integramos algumas dessas ferramentas, enriquecendo-as a partir do modelo de acompanhamento proposto por Aluna Acompañamiento Psicosocial A.C. (doravante Aluna)<sup>1</sup> e adaptando-as à especificidade dos contextos e sujeitos políticos que acompanhamos.

Com as ferramentas aqui compartilhadas, visamos apoiar a coletivos, organizações, comunidades e pessoas que, no meio de diversas disputas econômicas, políticas e culturais, se encontram em risco devido à luta que desenvolvem na procura de alternativas de libertação perante as estratégias de opressão que impõem dinâmicas de poder, atentando contra a dignidade dos povos. Na Aluna, chamamos essas pessoas e grupos de **sujeitos políticos**, por serem atores que, desde um olhar crítico do contexto e das relações de poder, procuram a transformação da sociedade e a exigência do cumprimento dos direitos humanos. Esta definição engloba uma multiplicidade de atores

---

1 Aluna Acompañamiento Psicosocial A.C. é uma organização que nasce em 2013 como resposta à preocupação pelos efeitos que a violência política e econômica está provocando no México. Visa desenvolver um trabalho voltado à saúde mental e aos direitos humanos a partir de uma perspectiva psicossocial que forneça ferramentas a organizações e comunidades vítimas de violações aos direitos humanos, para que possam afrontar os efeitos dessa violência e contem com soluções que lhes permitam desenvolver o seu trabalho.

O nome Aluna está presente no mito da criação do povo Kogi da Colômbia. O desenho do logo da Aluna provém de uma *mola*, confecções decorativas têxteis da cultura Kuna, que habita em território compartilhado por Panamá e Colômbia.

(vítimas, pessoas defensoras, jornalistas, movimentos sociais, entre outros). Para nós, a reflexão-ação em torno da segurança acontece para que os sujeitos políticos se apropriem e construam de maneira autônoma suas próprias noções e práticas de segurança, baseadas nas necessidades específicas da sua atuação e o **dano** gerado pela violência sociopolítica.

Desde o **enfoque psicossocial** entendemos que os riscos associados à violência sociopolítica geram múltiplos impactos nos diferentes âmbitos, níveis e dimensões da vida dos sujeitos políticos que, ao mesmo tempo, constroem formas de afrontamento que lhes permitem continuar com a sua atuação; um desses afrontamentos é abordar o tema de segurança.

Tendo em vista o anterior, este guia visa trazer à tona alguns pontos essenciais para realizar uma avaliação do risco a partir do enfoque psicossocial, onde sejam construídas coletivamente posições, conhecimentos e experiências sistematizadas que permitam dar importância a detalhes que não devem ser ignorados para identificar o risco como um dos elementos na elaboração de uma estratégia de segurança, e onde os planos de proteção e protocolos são apenas uma parte do resultado deste trabalho. A partir deste olhar, é especialmente de interesse a inter-relação entre a segurança e a proteção da vida, a estrutura e o planejamento estratégico das organizações, eis a importância de fazer a segurança estratégica e integral e a forma em que isso se transforma em ações e mecanismos concretos nos afazeres cotidianos das organizações.

Nesse sentido, o guia contém uma oficina composta de diferentes exercícios que podem ser realizados em grupos ou de maneira individual para efetuar uma avaliação do risco a partir do enfoque psicossocial. Começaremos explicando alguns conceitos básicos para compreendermos o enfoque e a maneira em que entendemos o risco e a segurança desde esta perspectiva; posteriormente, colocaremos nossos referentes teórico-metodológicos e, finalmente, apresentaremos a proposta metodológica da oficina.

## SEGURANÇA DESDE O ENFOQUE PSICOSSOCIAL



O **enfoque psicossocial** é uma perspectiva desenvolvida a partir da década de 1980 na América Latina, que surge no marco de resistências perante modelos de dominação no Sul Global. É uma perspectiva que, da práxis, tem permitido construir uma série de categorias teórico-políticas, bem como ferramentas metodológicas, que facilitam a análise dos tecidos sociais sobre os que é reproduzida a violência sociopolítica, sustentada no sistema neoliberal e patriarcal. Na Aluna, quando falamos no enfoque psicossocial referimo-nos ao olhar a partir do qual efetuamos o trabalho de acompanhamento; significa reconhecer de qual perspectiva pensamos, o lente que nos permite ver a realidade das violências, os impactos e os processos de afrontamento das pessoas e dos grupos afetados. O enfoque é a enunciação do local onde nos localizamos para agir.<sup>2</sup>

Entendemos por **violência sociopolítica** aquela estratégia, sutil ou aberta, utilizada pelo Estado com o intuito de controlar a população para impor interesses políticos, econômicos ou ideológicos. Essa violência é exercida por agentes estaduais através de ação, omissão ou cumplicidade com atores não estaduais que servem grupos de poder em nível estrutural e econômico, como as empresas privadas e o crime organizado.

Vale ressaltar que essa concepção de violência sociopolítica responde ao contexto político mexicano contemporâneo. A caracterização dos mecanismos de controle, as estratégias e os atores que intervêm em cada contexto tornam complexa a expressão da violência sociopolítica e conferem significado ao conceito. Por exemplo, os regimes ditatoriais das décadas de 1970 e 1980 no Cone Sul (Argentina e Chile) caracterizavam-se por serem Estados monolíticos, onde o Estado assegurava controle total da população e do território por meio do exército e onde a repressão da maior parte da população era estratégia de caráter nacional. Atualmente, no México encaramos uma situação diferente: embora a repressão cometida pelas instâncias militares e policiais continua, nem todas as ações de violência em contra da população são criadas pelo Estado; o crime organizado e a atividade empresarial desempenham um

---

2 Aluna Acompañamiento Psicosocial A.C. (2019) “El enfoque psicossocial: Un aporte para el trabajo de acompañamiento en contextos de violencia” [“O enfoque psicossocial: Uma contribuição para o trabalho de acompanhamento em contextos de violência”]. Não publicado.

papel fundamental que determina de modo particular a violência em nível local e regional.<sup>3</sup> No entanto, independentemente de quais os atores que exercem tal violência, o Estado é o ator responsável por dar fim à sua sustentação e reprodução. A violência sociopolítica se caracteriza pela sua intensidade e poder destrutivo, que ultrapassam o sujeito, até danificar os mecanismos físicos e psíquicos que normalmente lhe fornecem resistência e proteção.

É importante poder identificar em que forma a violência sociopolítica é expressa em um contexto e, ao mesmo tempo, continuar refletindo em torno dela, repensando-a à luz de novos desafios decorrentes de um sistema econômico neoliberal em escala global, que inclui a imposição de megaprojetos, a extração de recursos naturais e os impactos das mudanças climáticas, entre outros.

Na Aluna reconhecemos que é fundamental desentranhar aquilo que subjaz à dor e ao dano em situações de violência sociopolítica, porque acreditamos que, quando os sujeitos políticos compreendem os impactos psicossociais, eles têm a possibilidade de afrontá-los e fortalecer sua autonomia, de acordo com as suas condições e capacidades individuais e coletivas. Por isso, achamos que é importante: contribuir na integração daquilo que foi desestruturado, recriar visões para criar alternativas perante as situações de opressão, ressignificar a experiência dolorosa para resistir de maneira digna e continuar construindo caminhos de esperança em meio à dor e à impotência.

Com base no anterior, construímos um **Modelo de Acompanhamento Psicossocial** baseado em um quadro teórico conceitual e recuperando a nossa experiência como acompanhantes; modelo que retomamos para a elaboração deste guia. A partir desse modelo, entendemos o enfoque psicossocial como uma forma de ver, interpretar e compreender aqueles **impactos psicossociais** que se manifestam em nível individual, coletivo e social, e identificamos quatro âmbitos de afetação aos sujeitos políticos: psicoemocional, dinâmica interna da organização, projeto político e segurança.

É assim que apontamos ao fortalecimento dos sujeitos políticos através de ferramentas e estratégias nestes âmbitos que se encontram conectados entre si, embora, às vezes priorizamos trabalhar com um deles, segundo as necessidades específicas das pessoas com quem trabalhamos. Na realidade, todos possuem o mesmo nível de relevância.

---

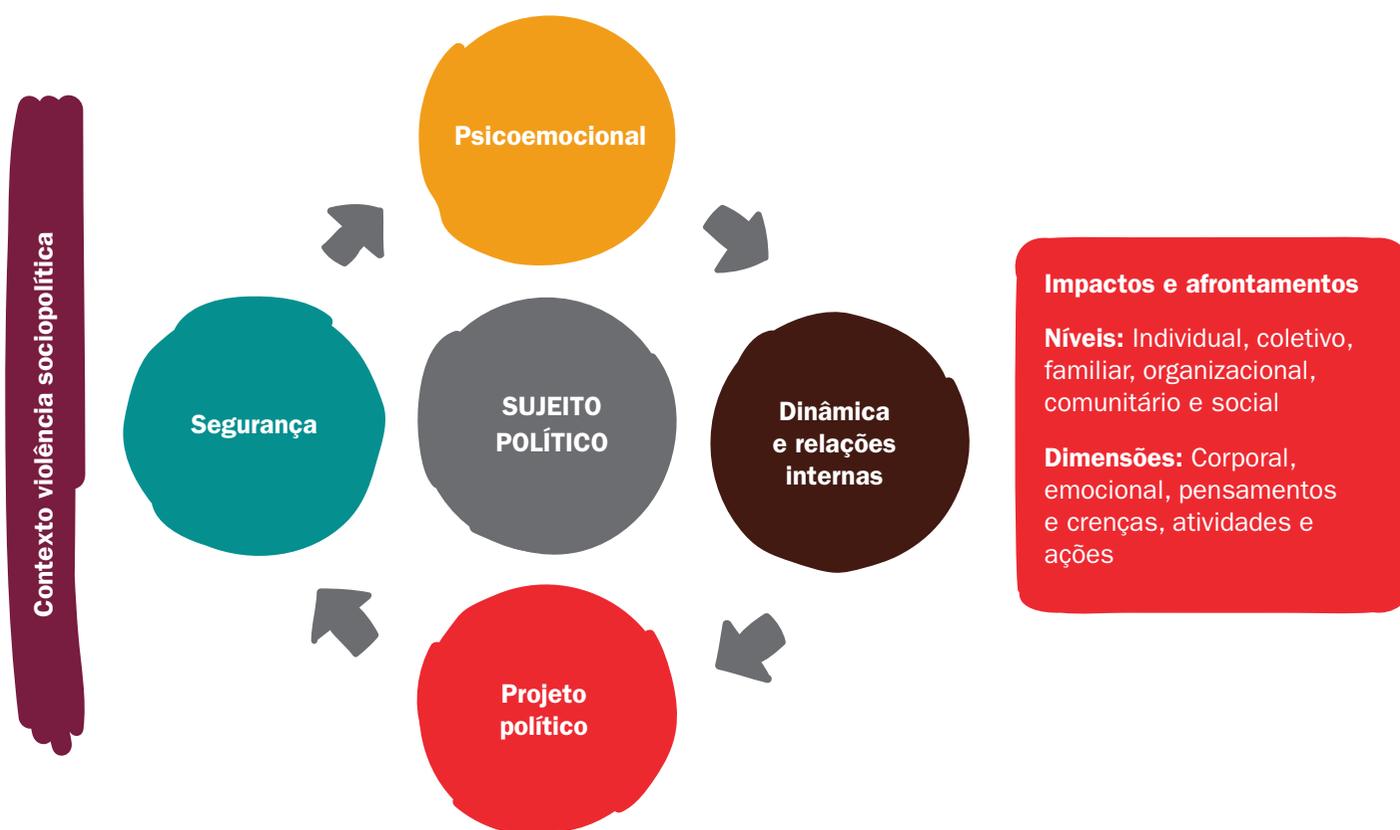
3 Idem.

**Psicoemocional:** no sentido mais amplo, refere-se às emoções, sentimentos e afetações na dimensão corporal e espiritual vividas durante o processo de afrontar uma situação limite.

**Dinâmica e relações internas:** tudo que se refere às relações e estruturas das coletividades (funções, comunicação, atividades, estrutura, funcionamento, etc.).

**Projeto político:** trata-se das concepções e orientações ético-políticas que norteiam as ações de uma organização ou pessoas dentro de um coletivo.

**Segurança:** conjunto de medidas, práticas e reflexões de prevenção e proteção construídas pelas pessoas defensoras, de maneira individual e coletiva, em função dos diferentes níveis de risco aos quais estão expostas.



Para os fins deste material, nos focaremos na segurança, levando em consideração a relação que ela tem com o resto dos âmbitos de trabalho psicossocial, visto que isso nos permite abordá-la de maneira integral, reconhecer os alcances e limites, assim como identificar dificuldades ou situações que nem necessariamente têm a ver apenas com este âmbito, abrindo assim o campo para as estratégias de fortalecimento coletivo que podem ser levadas em consideração em médio e longo prazo.

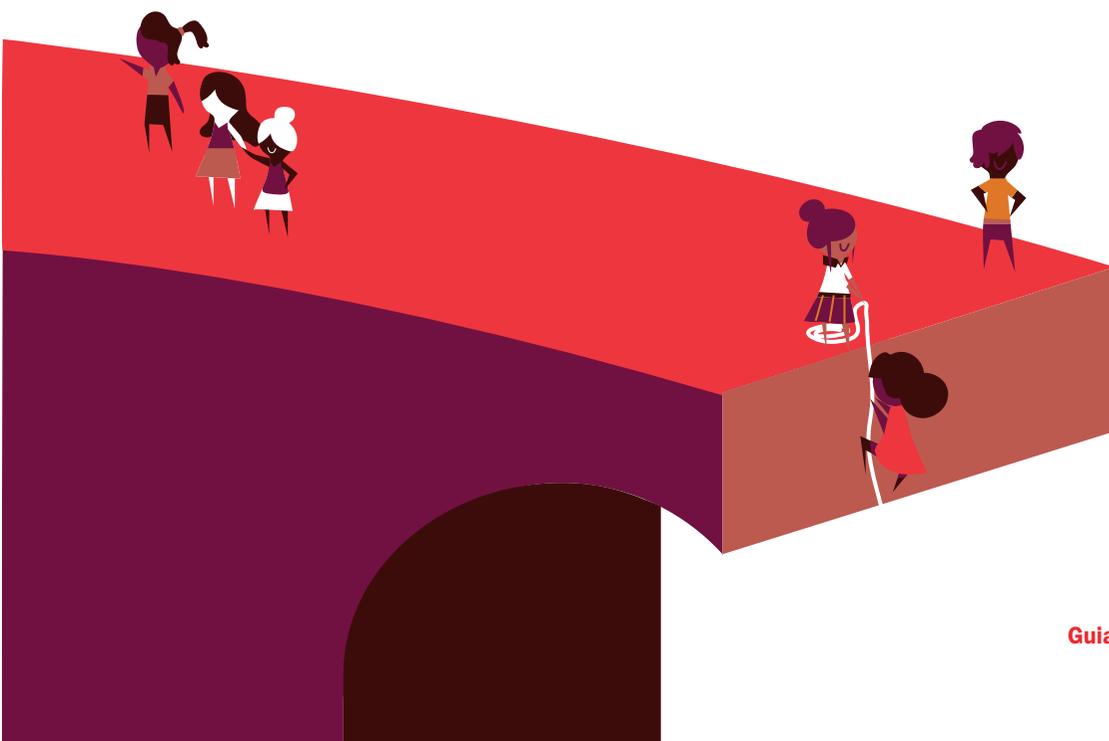
Na forma em que abordamos a segurança, entendemos o risco como a possibilidade de uma afetação física, emocional ou psicológica ser produzida, em alguns casos pode colocar a vida em risco. Tais afetações podem ser às pessoas, ao coletivo ou à organização, e sabemos que são condições que as pessoas defensoras vivem devido à sua atuação em contextos de violência sociopolítica, onde se defrontam a diversos atores que exercem poder para defender os seus interesses. Aliás, no caso das mulheres defensoras, o risco se torna mais complexo devido à instrumentação de violências específicas sustentadas no sistema patriarcal. O processo individual e coletivo para afrontar os riscos implica, em primeiro lugar, reconhecer que existem; situação que nem sempre é fácil, quer porque não há condições para abordá-la, quer devido ao receio produzido pela vulnerabilidade, ou por querer priorizar o cuidado das outras pessoas. No trabalho de acompanhamento, observamos que esses riscos geram diferentes impactos psicossociais em cada âmbito. A seguir, apresentamos alguns exemplos:

**Psicoemocional:** Alguns dos impactos gerados pelo risco são expressos em emoções como impotência, pela sensação de não poder responder ao que está acontecendo; medo, porque a integridade física e emocional se encontra em perigo; e culpa, por depositar sobre nós mesmas ou sobre uma outra pessoa da organização a responsabilidade do risco que está sendo enfrentado. Dado que é difícil compartilhar essas emoções, às vezes, a falta de diálogo para tratar delas não permite a experiência se coletivizar, o que contribui para que os impactos deste âmbito sejam vividos de maneira privada, produzindo sensação de solidão e isolamento, além de impedir que façam parte da análise necessária para gerar uma estratégia integral de segurança e proteção.

**Dinâmica interna:** Algumas vezes, a constante exposição ao risco afeta a estrutura interna do coletivo na medida que se faz consciência da vulnerabilidade e da possibilidade do dano ao que estão expostos devido à sua atuação. Essa constante exposição pode perturbar os vínculos, a comunicação e a configuração das equipes, gerando tensões e conflitos derivados da desconfiança devido à situação de risco e às diferentes formas de vivê-lo, expressá-lo, interpretá-lo e afrontá-lo individual e coletivamente. Além disso, a falta de análises de riscos, de estratégias coletivas, funções e atividades claras para afrontá-los impede prevenir e reagir de maneira coordenada.

**Projeto político:** Os constantes riscos, que vão em aumento e se tornam a cada vez mais complexos devido aos contextos de violência sociopolítica, podem modificar as atividades e ritmos dos coletivos, questionando ou até mesmo alterando a visão do objetivo central, já que algumas formas de afrontar essas situações implicam adiar ações, deixar de fazer coisas ou que a organização atue de forma diferente.

**Segurança:** Todos os coletivos têm uma forma de ver e assumir a segurança, embora nem necessariamente possuam estratégias tangíveis. No entanto, estar diante de uma situação de risco, faz com que questionem sua maneira de reagir. A falta de uma estratégia integral de segurança e proteção impede atender o risco de maneira preventiva. Por outro lado, quando as medidas e acordos relacionados com a segurança não são atualizados constantemente, eles perdem relevância, significado e aplicabilidade nos afazeres cotidianos da organização, aumentando o risco a que ela está exposta.



## FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS

Para compartilhar as ferramentas deste Guia Metodológico, achamos importante mencionar que o modelo de acompanhamento psicossocial proposto pela Aluna está baseado principalmente em três referências teórico-metodológicas decorrentes do pensamento crítico latino-americano; as três compartilham a busca pela emancipação dos povos oprimidos. Elas são: a Psicologia Social da Libertação, a Educação Popular e a Pesquisa-Ação Participativa. Além do mais, estamos no processo de integrar a Perspectiva Feminista no nosso modelo, visto que, embora não era contemplada de maneira explícita na origem, a consideramos pertinente.



- A **Psicologia da Libertação** é uma corrente surgida nos anos oitenta na América Latina, em um momento histórico particular, caracterizado por atravessar violência estrutural. Nos anos setenta, a Psicologia Social experimentava uma crise teórica, dado que não bastava um olhar clínico para entender as causas das afecções e tendia para a individualização das(os) sujeitos. É assim que Ignacio Martín Baró, maior expoente desta corrente, integra as fortalezas da psicologia e da sociologia para desenvolver ferramentas de pesquisa e ação com grupos oprimidos.
- A **Pesquisa-Ação Participativa (PAP)** criada por Fals Borda como alternativa nas ciências sociais, enfatiza princípios de pesquisa coletiva e experimentação baseados na evidência e na história social, na que os grupos a serem investigados não sejam mais um “objeto” de estudo e sim “sujeito” protagonista da pesquisa, obtendo assim um papel ativo, colaborativo e reflexivo.
- A **Educação Popular** é um ramo da Pedagogia desenvolvido por Paulo Freire, quem mostra a necessidade de construir processos de ensino e formação que não respondam aos esquemas capitalistas que reproduzem seus valores e princípios na educação formal. Esta corrente parte da necessidade de as pessoas serem educadas sob princípios coletivos, que desenvolvam os seus potenciais, ao mesmo tempo que adquiram as capacidades para questionarem e transformarem a realidade.
- A **Perspectiva Feminista** nos permite dar conta da violência sociopolítica na sua relação com a ordem simbólica de gênero, que faz parte do tecido de violências e opressões que agudizam os impactos sobre as(os) sujeitos políticos. Uma das categorias recuperadas é

a de **interseccionalidade**, que tem sua origem nos feminismos negros dos anos sessenta e setenta, a partir da qual é colocada uma perspectiva teórico-metodológica que alude à maneira em que as diferentes formas de opressão (derivadas não apenas da condição de gênero, mas também de raça, classe social, etnia, idade, entre outras) confluem numa situação determinada. Além disso, consideramos que o feminismo comunitário seja talvez uma das concepções que mais recupera a voz das mulheres da América Latina, assim como as reflexões das suas precursoras.

A metodologia aqui apresentada leva em consideração alguns aspectos imprescindíveis a partir do modelo de acompanhamento para a facilitação de técnicas e dinâmicas:

- Conhecimento das pessoas com quem estamos trabalhando e do contexto em que o trabalho será aplicado.
- Conhecer a experiência prévia das pessoas em relação aos temas a serem desenvolvidos.
- Ter clareza dos objetivos de trabalho, iniciando pelo diálogo com as pessoas envolvidas e encaminhar a metodologia nessa direção.
- Levar em consideração a relação entre os âmbitos de trabalho psicossocial (como será explicado mais adiante). Possuir amplo conhecimento das técnicas e dinâmicas que temos ao nosso alcance.

Na Aluna, consideramos necessário que as dinâmicas e técnicas escolhidas cumpram com certas características:

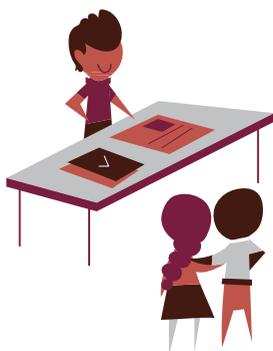
1. Partir da experiência, vivência e conhecimento das pessoas. Legitimação da sua visão da realidade, daquilo que aconteceu a elas, dos seus sentimentos, crenças, etc. Gerar confiança para que as pessoas possam se expressar e compartilhar.
2. Análise crítica da sua vivência e experiência. Isso permite racionalizar certas emoções, separar ou unificar elementos da realidade que se percebem dissociados, aprofundar em aspectos explorados previamente, observar as situações à distância e a partir de diferentes perspectivas, formular deduções sobre coisas que não tinham uma ordem ou sentido antes da análise e identificar padrões de atuação.
3. Incadeamento ou complementação. Referimo-nos a que as informações, conhecimentos e experiências gerados nas oficinas estejam

ligados com outras vivências das pessoas acompanhadas e permitam com que a prática de se espelhar constantemente no diálogo que está sendo facilitado se torne cotidiana, assim como aquilo que acontece no grupo em decorrência dessa facilitação.

4. Transformação da perspectiva e do papel perante a situação. Quer dizer, uma mudança na forma em que olham para si mesmos, suas experiências e afetações e, com isso, na identificação de funções, necessidades e objetivos perante as situações que enfrentam.
5. Definição de rotas de ação. Estas devem permitir a construção coletiva de estratégias, tanto para situações em longo prazo como para fatos que acontecem de maneira imediata.
6. Pensamento estratégico. Além de ser indispensável, seja na realização do workshop, seja nos exercícios aplicados, a metodologia empregada deve apostar por contribuir para o desenvolvimento desta capacidade.
7. A volta à realidade ou prática com novos elementos. Ou seja, visamos que os conteúdos abordados durante a oficina ou os exercícios tenham impacto no trabalho cotidiano daquele(s) que participa(m) da oficina.

Reconhecemos que existem diferentes maneiras de abordar a segurança e a avaliação do risco, de modo que os exercícios e ferramentas aqui compartilhados são opcionais, podendo ser adaptados às necessidades e experiências das diversas pessoas, organizações e coletivos. É importante selecionarmos corretamente os exercícios, assim como sermos flexíveis e criativos(os) para corrigir na hora e para experimentar com novas alternativas.

Nesse sentido, o guia contém conceitos, exercícios e perguntas detonadoras que, estruturadas à guisa de oficina, convidam os grupos para refletirem em torno do risco no âmbito da segurança e da proteção, colocando no centro as experiências individuais e coletivas nos seus contextos mais cotidianos. O desenho do material permite realizar **uma oficina com duração de dois dias ou aplicar cada exercício de forma separada, conforme às necessidades de cada pessoa ou coletivo; algumas vezes, é possível encontrar atividades opcionais para abordar o mesmo tema.** Além disso, as atividades estão projetadas para que as organizações, coletivos e comunidades analisem os seus contextos e realizem sua avaliação de riscos, fortalecendo assim suas estratégias de segurança para que, quando for necessário, possam replicá-las no trabalho de acompanhamento de outras pessoas ou grupos.



## OFICINA

# A AVALIAÇÃO DE RISCO

### Recomendações gerais para a oficina

#### ANTES

- Contar com um espaço seguro para trabalhar.
- Conhecimento do grupo ou das pessoas com quem iremos trabalhar.
- Tentar conhecer o contexto.
- Preparar programa e/ou carta descritiva (temas, horários, atividade ou técnica, materiais, facilitação).

#### AO FINALIZAR:

- O material (flip charts, cartões, etc.) é entregue às participantes, a não ser que seja combinado que o facilitador leve o material para fazer uma memória, mas com o compromisso de devolvê-lo. É preciso ter cuidado com o manuseio destas informações, porque poderiam ser sensíveis.
- Definir em conjunto como será realizado o acompanhamento.
- Levar a cabo uma reunião posterior para revisar os avanços e, se necessário, definir se é preciso programar mais uma oficina.

#### DURANTE:

- É desejável que duas pessoas facilitem a oficina.
- Gerar confiança com a(s) pessoa(s) com quem estamos trabalhando. Sigilo no manuseio das informações. Mencionar que todo o material gerado pertence à(s) pessoa(s) em risco, elas são quem decidem o que fazer com ele.
- Medidas na oficina: retirar celulares ou desfazê-los (tirar bateria e chip). Se alguém estiver esperando uma ligação urgente, deixar o celular longe do local onde o tom possa ser ouvido.
- Orientar as participações, não perder de vista o objetivo da oficina.
- Cuidar que juízos de valor não sejam feitos nem qualificar as reações. Não dar sua própria opinião, ou seja, não influir; invitar, sim, à reflexão.
- Nenhuma opinião deve ser descartada, recuperá-las. Cuidar que nenhuma opinião seja minimizada.
- Compartilhar e receber.
- Respeitar que as decisões são da(s) pessoa(s) ou do grupo.
- Concordar a corresponsabilidade do espaço entre a pessoa que facilita e o grupo.
- Quem facilita deverá ter cuidado de não dar falsas expectativas sobre as ferramentas compartilhadas.
- É importante sugerir às pessoas que participem da oficina (sujeito político) que sejam elas quem colham os acordos, tarefas, pendentes, etc. para seu próprio acompanhamento. Isso permite fortalecer o sentido de corresponsabilidade e a importância de assumir o seu próprio processo.

**OBJETIVO:** apresentar e compartilhar expectativas da oficina.

- Compreender a importância de avaliar o risco a partir do âmbito da violência sociopolítica.
- Compreender por que é importante avaliar o risco desde o enfoque psicossocial.



Após as boas-vindas, expor o(s) objetivo(s) da oficina (lembre-se de que as atividades compartilhadas neste material podem ser realizadas todas juntas, como oficina, ou separadamente, conforme às necessidades que estiverem sendo atendidas).

Serão explicados alguns pontos e condições gerais a serem cuidados durante a oficina, indicados no item anterior.

O facilitador se apresenta, e também as pessoas participantes. Solicite que, ao se apresentarem, compartilhem também quais são as suas expectativas sobre a oficina ou o exercício a ser realizado.

Em seguida, indicar que as ferramentas e/ou metodologias que serão usadas foram desenvolvidas por organizações e pessoas defensoras de várias partes do mundo; que foram nutridas com as suas experiências; e que, também, algumas foram adaptadas para responder à situação das pessoas com as quais trabalhamos.

É muito importante que, dentro das expectativas, se esclareça que a pessoa que facilita não está aí para dizer ao grupo o que fazer perante seu(s) risco(s), mas que seja o próprio coletivo quem faça suas próprias reflexões e tire suas conclusões sobre o que será feito. Salientar que se trata de um trabalho em conjunto que precisa de participação, isso ajudará a construir um plano/rota aceitável de segurança. O papel do facilitador é de animar à reflexão, colher, ordenar e devolver essas opiniões e propostas. A decisão final é daquele(s) que se encontra(m) em risco.



## Exercício 1.

# APRESENTAÇÃO E EXPECTATIVAS

### **Tema 1. Por que falar em segurança a partir do enfoque psicossocial nos contextos de violência sociopolítica?**

Ao falar em segurança, é preciso partir de que a violência sociopolítica é instrumentada por meio da **repressão política**<sup>4</sup> mediante ações como, por exemplo, a prisão política, a tortura, o deslocamento ou o desaparecimento forçado. Esses atos repressivos são expressos nas atuações dos aparelhos policiais e militares, bem como na **impunidade**, facilitando assim condições para a insegurança, a perda de controle e a imposição de um só conceito de segurança (a partir de uma perspectiva militarizada e policial), permitindo dessa forma que as(os) sujeitos políticos e a sociedade em geral sejam desprovidos da sua autonomia e capacidade para se organizarem. Com os exercícios abaixo, visamos compartilhar ferramentas para que as(os) sujeitos políticos possam construir condições para fazer frente aos riscos e refletir sobre a importância que eles têm, assumindo o desenvolvimento de uma estratégia de segurança preventiva e reativa, de maneira autônoma e de acordo com as diferentes necessidades físicas, psicoemocionais, políticas e organizacionais.

#### *Finalidades da repressão política:*

- Quebrar o tecido coletivo e solidário
- Controle do inimigo interno
- Intimidar a população
- Implantar a impunidade
- Transformar a população

4 Beristain, C. (1993). Resistencia y afirmación [Resistência e afirmação]. Barcelona: Editorial Virus.

*Exercício 2.***DIÁLOGO SOBRE SEGURANÇA**

**OBJETIVO:** explorar a experiência, o nível de informação e as ferramentas que as pessoas participantes possuem em torno da segurança.



Seja entre pessoas da mesma organização ou com pessoas que estamos acompanhando, é importante dedicar um momento, no início da oficina, para refletir a respeito do que é entendido como segurança, para iniciar de um olhar comum e expor a partir de qual perspectiva vamos propor que a análise seja feita.

O espaço de diálogo pode ser realizado em grupos pequenos ou em plenária, dependendo dos objetivos da oficina e das características do grupo.

***Perguntas geradoras de reflexão***

- O que me faz sentir seguro ou segura?
- O que entendemos por segurança?
- Quais são os elementos que consideramos indispensáveis para pensar em segurança dentro da organização?
- De que precisamos para nos sentirmos seguros nas nossas ações de defesa?

Caso a atividade seja feita em grupos pequenos, posteriormente fazer uma plenária para compartilhar experiências. Todo tipo de material pode ser usado para registrar as respostas ou para fazer diretamente um brainstorming durante a plenária.



## Tema 2. Estratégia de segurança

Como parte da oficina, consideramos importante enquadrar a avaliação de risco como ferramenta que fornece insumos para a estratégia de segurança. Nesta seção, explicamos alguns dos elementos gerais a serem considerados para efetuar a avaliação.

Quando falamos em **segurança** desde o enfoque psicossocial e, em específico, a partir da perspectiva da Aluna, referimo-nos ao conjunto de práticas, reflexões, estratégias e medidas de **proteção** (prevenção e reação) construídos pelas pessoas, organizações, coletivos e comunidades (sujeitos políticos) em função dos diferentes níveis de **risco** aos que estão expostos devido às suas ações de exigência ou defesa dos direitos humanos. Este conjunto de práticas visa alcançar um nível aceitável de segurança e, também, a partir do enfoque psicossocial, recuperar o controle perdido em parte devido ao medo, à incerteza, à angústia, à falta de coesão no grupo, à ausência de canais e mecanismos de decisão, ou às atitudes autoritárias, entre outras, que colocam aos indivíduos e aos grupos de diferente maneira perante o risco, as situações de violência e atos repressivos. Nesse sentido, a proteção se refere à aplicação específica de medidas preventivas e formas de reação que permitem às pessoas defensoras manterem as condições para continuarem sua atuação.

É esse conjunto de reflexões, práticas e medidas concretas articuladas com outros elementos organizacionais e políticos das organizações e coletivos o que chamamos de **estratégia de segurança e proteção**. Implica um esforço coletivo de análise dos diferentes riscos que as pessoas defensoras dos direitos humanos enfrentam no individual e organizacional, no que toca ao trabalho que levam a cabo, assim como às necessidades específicas que eles identificam para continuar sua atuação. É por isso que o fortalecimento do âmbito da segurança resulta um elemento essencial dentro do enfoque psicossocial.

Dessa forma, o enfoque oferece elementos para a compreensão do contexto de violência, assim como dos atores envolvidos nele. Ao mesmo tempo, permite trabalhar os impactos psicossociais e fortalecer os afrontamentos, de modo que a estratégia de segurança não é um fim em si mesma, mas um eixo transversal para o fortalecimento dos sujeitos políticos e a minimização dos riscos que eles enfrentam.

Na tabela abaixo, apresentamos alguns componentes da estratégia de segurança adaptados ao modelo de acompanhamento psicossocial da Aluna. Toda organização, coletivo ou comunidade pode somar a esta proposta os elementos e práticas que, conforme experiência própria, tenham funcionado ou que acreditem que possam funcionar.

ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA			
Dinâmica interna	Projeto político	Psicoemocional	Segurança
<ul style="list-style-type: none"> <li>• As relações de poder, a estrutura e as funções internas marcam a dinâmica de segurança</li> <li>• Capacidade de resposta, tomada de decisões e manuseio da informação sobre o tema</li> <li>• Todas e todos somos responsáveis pelo tema de segurança</li> <li>• É importante definir tarefas e papéis específicos</li> <li>• Estratégia para manuseio de comunicação e informação física e digital</li> <li>• Canais claros de comunicação no interior e exterior da organização</li> <li>• Construir mecanismos claros para atender mecanismos internos que possam decorrer da situação de risco</li> <li>• Destinar recursos e capacidades ao tema de segurança e prevenção</li> <li>• Formação e capacitação permanente para toda a equipe com base na detecção de necessidades</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção de uma cultura de segurança e proteção como parte do fortalecimento do trabalho de defesa</li> <li>• Reflexão coletiva sobre a relação entre a segurança e a orientação ético-política da organização</li> <li>• Valorização de parceria político-estratégica (em nível local, municipal, estadual, federal e internacional)</li> <li>• Identidade, autonomia e autodeterminação dos povos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inclui a saúde física e emocional em nível individual e coletivo</li> <li>• Implica uma corresponsabilidade da equipe, os membros e a instituição. Por exemplo: Contar com uma política de saúde mental e ferramentas de cuidado coletivo</li> <li>• Dedicar espaços para o diálogo sobre estes impactos na avaliação de risco</li> <li>• O gerenciamento das ferramentas relacionadas com a segurança deve levar em consideração os diferentes níveis de conhecimento e consciência sobre o tema entre os integrantes da equipe, a fim de evitar ou reduzir a frustração</li> <li>• O manejo do estresse e o cansaço pode ser uma forma de prevenção</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise de contexto de maneira periódica (mapeamento de atores, avaliação de riscos, revisão de estratégias)</li> <li>• Documentação e sistematização de incidentes (registro e análise)</li> <li>• Colocação de estratégias de ação diante dos incidentes</li> <li>• Projeção do Plano de proteção (prevenção e reação)</li> <li>• Rede de apoio para a reação e prevenção (incidência pública e política, mídia de confiança, acesso legal e especialistas em diversos temas: medicina, psicologia, técnicos, entre outros.)</li> <li>• Construção de medidas de prevenção e ação</li> </ul>

### Tema 3. Avaliação do risco

A avaliação de risco é um processo que consiste em analisar diferentes componentes da segurança em relação com um objetivo específico dentro da organização; este pode ser tão geral ou específico quanto as necessidades desse momento o requererem. No entanto, a perspectiva psicossocial amplia os seus elementos de análise, incluindo, além daqueles que integram a conhecida fórmula de risco (ver página 40), outros aspectos do enfoque psicossocial, como os impactos e afrontamentos que localizamos no âmbito psicoemocional, no projeto político e na dinâmica interna. O risco não é apenas físico ou contra a liberdade e a integridade, mas também existem outros danos não visíveis que perturbam múltiplos aspectos da vida pessoal e organizacional. Evidenciar e analisar esses outros impactos significa atender a segurança de maneira integral.

Essa avaliação representa o alicerce sobre o qual será definida a estratégia e as medidas de segurança adaptadas à pessoa, organização, coletivo, comunidade ou inclusive rede. Trata-se de um exercício que não é estático, pois depende da conjuntura em que seja realizado e muda com o decorrer do tempo; é por isso que deve ser reavaliado de forma periódica. Idealmente, deveriam participar todas as pessoas envolvidas no processo organizacional.

Propomos o termo **avaliação de risco** porque existem muitas situações nas que não é possível fazer uma análise muito profunda, nem há tempo antes de tomar decisões, além de que dessa forma reconhecemos que nunca contamos com a totalidade das informações no momento de efetuá-la. Também, porque com essas informações, na verdade, estamos nos aproximando do risco, sem ter certeza absoluta dele. Essa aproximação nos permite apreciá-lo e, conforme essa apreciação, iremos determinar o nosso agir. O ponto central na avaliação é examinar cuidadosamente as informações, visualizar diferentes cenários e ponderar diferentes variáveis que possam nos fornecer uma vantagem ou a reduzam. Trata-se de agir a partir daquilo que é analisado, do que dispomos e com o que pudermos. Se aos elementos clássicos para analisar/avaliar o risco acrescentarmos elementos do enfoque psicossocial, ampliaremos a visão e, por conseguinte, as medidas transcendem a uma estratégia integral, onde o físico e o psicoemocional se respaldam.

Às vezes, o trabalho com o risco é carregado de muita expectativa. No entanto, tratá-lo apenas a partir da segurança limita as ações múltiplas que poderiam ser feitas e/ou fortalecidas desde outros aspectos. Somar o enfoque psicossocial ao anterior fornece pensamento crítico à ideia de infalibilidade das medidas e dos planos de segurança. Portanto, se faz necessário parar para compreender, parar para tomar distância, parar para “percebermos”, parar para poder agir.



### **Algumas considerações importantes para a elaboração de uma avaliação de risco são:**

- O tempo e as condições em que é realizada, já que muitas vezes não contamos com os recursos, as informações ou o tempo suficientes, pelo que as atividades devem ser adaptadas às situações específicas em que fazemos a avaliação.
- Às vezes é preciso procurar apoio externo para analisar alguns riscos a partir de um olhar mais corporal e/ou terapêutico, inclusive espiritual, se necessário, além de analítico.
- É importante que a avaliação seja feita sempre junto com as pessoas que estão sendo diretamente afetadas, pois são elas que contam com os elementos suficientes para realizar a avaliação. Quando for necessário, é importante procurar um momento para compartilhar informações (combinar com a(s) pessoa(s) quais serão essas informações) com a organização que acompanha ou com o órgão de gestão da organização para acompanhar certos acordos e necessidades.
- Recomenda-se registro sistemático dos **incidentes de segurança** como parte importante da avaliação.
- A responsabilidade do uso e resultado na aplicação e tomada de decisões no momento de aplicar as metodologias é responsabilidade de quem as realiza.
- Ter clareza sobre o que é e para que serve cada ferramenta.
- Na avaliação de risco, estabelecer o objetivo ou do que irá tratar a análise, por exemplo, se é para reduzir algum(ns) risco(s), para identificar se existe risco em uma atividade ou estratégia, para analisar a conveniência de acompanhar um caso ou para saber se as estratégias a seguir em um caso poderiam pôr em risco às pessoas envolvidas, etc., e desenvolver um plano ou rota de segurança e proteção, além de identificar quais são os temas que devem ser fortalecidos na organização e que irão requerer de uma rota própria.
- Em momentos de emergência, às vezes somente se analisa o acontecido, sem aprofundar muito no contexto ou em incidentes passados. Perguntar o que acham que poderia acontecer, recuperar o que já foi feito e identificar aquilo que pode ser ativado.
- Da mesma forma, a metodologia poderá ser útil, dependendo dos atores com quem for analisada e, posteriormente, pode ser adaptada sem perder o objetivo que se deseja analisar.

O processo de avaliação de risco envolve a análise de diferentes elementos, que iremos explorar nos seguintes exercícios: análise de contexto (exploração da realidade, análise do projeto político e análise de atores), análise de incidentes, análise de ameaças e a fórmula do risco a partir do enfoque psicossocial.

## ANÁLISE DE CONTEXTO

A análise de contexto é um exercício que deve ser feito de maneira periódica com o propósito de atualizar a estratégia de segurança de acordo com as mudanças que acontecem nos territórios, as condições que enfrentam as pessoas defensoras e as necessidades que surgem no interior das organizações perante seu trabalho político, os contextos de violência onde se encontram e a reconfiguração dos atores que exercem essa violência.

Vamos começar por uma exploração da realidade, ou seja, fazendo uma revisão geral daquilo que acontece no cenário político, econômico e social onde trabalham as pessoas defensoras. Posteriormente, vamos revisar os objetivos do trabalho que levam a cabo e as implicações dessa atuação no contexto que estamos analisando. Finalmente, elaboraremos o mapeamento de atores e as suas estratégias a favor ou contra a atuação dos sujeitos políticos com quem estamos realizando a análise.



## Exercício 3.

**EXPLORAÇÃO DA REALIDADE**

**OBJETIVO:** Compreender o que acontece no cenário político, social, econômico, etc., no local onde direitos estão sendo defendidos, onde se luta ou se trabalha.



**1 hr 30 min**

**MATERIAIS:**

flip charts,  
marcadores e  
fita adesiva

Se a análise for realizada com pessoas que acompanhamos, antes de começar com o contexto, é vital perguntar o que elas imaginam do tema de segurança e proteção. Isso ajuda a dar uma ideia geral de onde se posiciona(m) a(s) pessoa(s) perante o tema e o contexto em que levam a cabo as suas ações; além de começar a identificar o risco que corre(m) em certo espaço e tempo, o que acarreta desafios e decisões para salvaguardar a integridade psicossocial.

**TÉCNICA: “Chuva de ideias”**

A pessoa que facilita pergunta: por que vocês acham que é importante falar do contexto ao abordar o risco? Ouvimos e recuperamos as opiniões.

Se trabalhamos com pessoas acompanhadas, com certeza somente será necessária uma atualização do contexto, se entende que a organização acompanhante já as conhece. Se se trata de pessoas da mesma organização, é importante fazer este exercício a modo de atualização e coletivização da informação relacionada com o contexto.

É de muita ajuda fazer **perguntas detonantes**, por exemplo:

- **Existem temas que afetam a nossa segurança? Como posições, leis, ações, omissões de atores estaduais e não estaduais que poderiam afetar a nossa atuação ou a nossa luta.**
- **O que acontece com a justiça? Existe organização social? Em que forma atuam as forças policiais ou militares?**
- **Em que modo nos afeta? É igual para mulheres e para homens?**

As opiniões são anotadas nos flip charts. Se necessário, quem facilita pode fazer perguntas para completar as informações.

No final, se faz uma síntese de tudo o que foi dito. Para fazer isso, ajuda ordenar as informações e apresentá-las aos participantes de forma clara e tentando identificar os desafios que encaram nas ações ou na luta que realizam.

**SUGESTÃO METODOLÓGICA**

Antes da oficina/reunião é recomendável pesquisar sobre a realidade que vive(m) a(s) pessoa(s) com quem vamos trabalhar. Isso será de apoio para fazer perguntas no momento de realizar o exercício. Às vezes, as pessoas participantes se esquecem de oferecer algumas informações.

Considerar as implicações da atuação na defesa é especialmente necessário para identificarmos os diferentes níveis de risco aos que estamos expostos, assim como suas características, o local onde são originados e as diferentes formas em que esses riscos nos afetam, de acordo com o tema trabalhado, as atividades específicas realizadas, o contexto em que nos encontramos, entre outros elementos que permitem criar uma estratégia de segurança conforme às necessidades específicas de cada coletividade.

***Ser pessoa defensora significa desafiar a estratégia ideológica, econômica, político-militar y psicológica desdobrada pelo Estado mexicano e por poderes factuais legais (empresas) e ilegais (crime organizado), estratégia mediante a qual é exercida violência e repressão contra a dissidência e os movimentos sociais, e o arcabouço normativo é empregado e alterado para legitimar o despojo, legalizar as agressões contra a sociedade civil.***<sup>5</sup>

Como indicado anteriormente, para fazer uma leitura localizada recuperamos a perspectiva **interseccional** proposta pelo feminismo, que nos convida a levar em consideração os riscos específicos aos quais estão expostas as pessoas defensoras pelos diferentes sistemas de opressão que atravessam sua história pessoal, ou seja, os riscos associados ao gênero, à origem étnica, à classe social, à idade, entre outros. Por exemplo, uma ameaça impactará uma defensora indígena diferente de como impactará um defensor da cidade e, ao mesmo tempo, as condições de afrontamento serão diferentes dependendo do nível econômico, da rede de suporte e do seu quadro de crenças. Não apenas os riscos, mas também as fontes de motivação como: movimentos indígenas, de mulheres, de jovens, etc. e tudo aquilo que dê sentido aos sujeitos políticos.

Desse modo, a reflexão em torno do objetivo do trabalho realizado pelas organizações, incluindo o elemento da interseccionalidade, pode ajudar a:

- Reconhecer as contribuições que fornecem à transformação social, de maneira individual e coletiva, a partir dos seus contextos mais próximos, e como isso se relaciona com os riscos aos quais estão expostas como pessoas defensoras.
- Esclarecer os objetivos e expectativas comuns dentro da organização para que sejam a base da estratégia de segurança.
- Fazer uma análise das estratégias que utilizam para atingir os seus objetivos e o papel que cada pessoa tem nessas estratégias para determinar o nível de risco e responsabilidade que possuem dentro da organização.

---

<sup>5</sup> Aluna Acompañamiento Psicosocial, A.C. (2019). Si no somos nosotras, ¿quiénes?, si no es ahora, ¿cuándo? [Se não nós, quem? Se não agora, quando?] México: Aluna, p. 39. Disponível em: <https://bit.ly/2jXvRpb>. Citação traduzida para este documento.

## Exercício 4.

**ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO: NOSSA ATUAÇÃO / NOSSA LUTA**

**OBJETIVO:** refletir se as atividades que realizamos poderiam comprometer a nossa segurança e identificar os riscos existentes ou possíveis.



45 min

**MATERIAIS:**

flip charts,  
marcadores e  
fita adesiva

É preciso encadear o exercício anterior de exploração da realidade com a atuação ou luta realizadas. Cabe salientar que nesta realidade estão elas e eles como sujeitos políticos, que é ali onde realizam uma ação de defesa de direitos ou estão resistindo e lutando perante uma situação determinada.

Perguntar, conforme o caso:

**- Organização/Coletivo****- Pessoas acompanhadas (indivíduos ou famílias)**

- Qual é o objetivo ou missão realizado pela sua organização ou coletivo?
- Quais as atividades e/ou estratégias que levam a cabo para atingir o seu objetivo?
- O que estão procurando transformar?
- Por que estão lutando? O que querem conseguir?
- Quais as ações que têm levado a cabo?
- Como reagem certos atores à nossa atuação ou à nossa luta? Quais os interesses e estratégias que estão em jogo? O que tem acontecido em situações semelhantes?
- Em que momento(s) é mais provável sofrer alguma agressão?
- Além da segurança, o que mais tem sido afetado por este contexto e estes atores? Por exemplo, visão estratégica, ideais, posições, vínculos pessoais, bem-estar emocional, etc.

**PERGUNTAS CHAVE**

Por que e para que trabalhamos o tema de segurança?

Do que dependem os diferentes níveis de risco?

Tudo que for compartilhado será anotado no flip chart. Separadamente, anotar os riscos que têm sido gerados a partir das atividades e/ou estratégias realizadas. É importante salientar que o tema do risco produz impactos psicoemocionais, seja porque são revividas situações dessa natureza que foram experimentadas pelas pessoas, organização ou coletivo, seja porque o contexto tende a se tornar tão adverso que pode gerar medo, frustração, impotência, falta de perspectiva, maior exposição aos riscos, entre outras respostas. Falar

nelas é importante para atingir pontos em comum, explicá-las e trabalhar com elas. Levar a cabo uma avaliação do risco é uma oportunidade para refletir, entre outras, sobre as necessidades em relação à saúde mental que seria pertinente abordar em um processo de fortalecimento organizacional.

## REFLEXÃO DE ENCERRAMENTO

A maior parte das vezes não somos conscientes das ações que realizamos e é desejável refletirmos de maneira contínua sobre o impacto da nossa atuação para, dessa forma, termos a possibilidade de tomar medidas preventivas. A pessoa que facilita tomará cuidado para não gerar medo. É preciso comentar que nem todas as atividades os colocam em perigo, porém, que é necessário identificar quais os põem em risco e trabalhar em torno disso.

*Exercício 5.*

## MAPEAMENTO E ANÁLISE DE ATORES

**OBJETIVO:** Identificar os atores que são contra os nossos objetivos, interessados em provocar algum tipo de dano, e do que eles dispõem para fazê-lo.

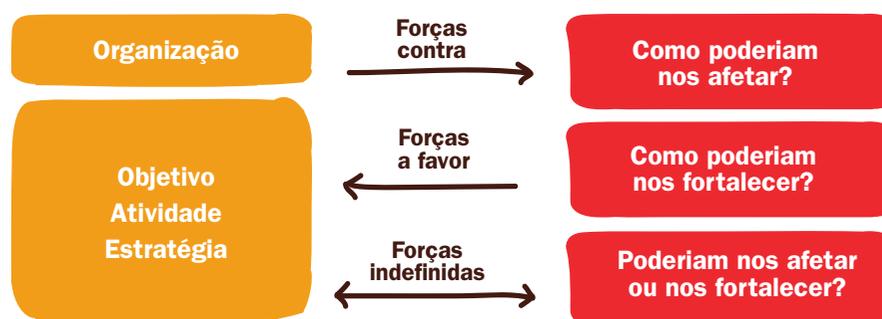
 **2 horas**

### MATERIAIS:

flip charts,  
marcadores, folhas,  
etiquetas circulares,  
fios de diferentes  
cores, cartões/des-  
enhos de pessoas e  
fita adesiva

### EXERCÍCIO A) “Setas”

O esquema abaixo é utilizado para anotar os atores que são contra, a favor ou com posição indefinida diante da atuação ou luta da qual estão participando.



### **EXERCÍCIO B) “Identificação de atores”**

Previamente, cortar folhas de diferentes cores ao tamanho de  $\frac{1}{4}$  de folha. Para cada ator, será usada uma cor específica e uma folha só.

Após terem anotado os atores em cada folha com a cor correspondente, pedir para os participantes discutirem e combinarem o seguinte para cada ator:

**Contra:** Que tipo de ator é (estadual ou não estadual)? Pertence a alguma instituição ou agrupamento? Qual é o interesse de cada ator? O que ele quer danificar? E quais as estratégias das que dispõe para fazê-lo? Usar as etiquetas circulares de diferentes cores para escrever o interesse, o dano e a estratégia que será danificada.

**A favor:** Que tipo de ator é (estadual ou não estadual)? Pertence a alguma organização, instituição ou coletivo? Em que forma nos apoia ou nos fortalece? Como é o nosso vínculo?

A análise poderia ser ampliada para identificar as relações de poder que unem um ator com o(s) outro(s), ou seja, o que faz com que um ator faça parceria com um outro ator (rede de interesses e alianças).

### **EXERCÍCIO C) “Desenhos de pessoas”**

Usar cartões com desenhos de pessoas, por exemplo: um líder, um sacerdote, um político, um representante municipal, um funcionário do ministério público, um perito, um médico, vizinhos, um homem com pistola, um cacique, um advogado, um militar, etc. Devem ser várias personagens genéricas.

Pedir para a(s) pessoa(s) que esteja(m) fazendo a análise que, dentre os cartões, escolha(m) as personagens que considere(m) que poderiam causar qualquer dano. Após ter realizado a sua escolha, dar um ou mais nomes a essa personagem genérica. Por exemplo, se a pessoa pegar o cartão com o desenho de um político, provavelmente haverá mais de um político, pelo que deverá anotar os nomes deles (o mais recomendável é escrever apenas uma pessoa em cada papel). E, talvez, em um outro cartão escolhido somente seja necessário escrever um nome.

#### **Apresentação do mapeamento.**

O trabalho realizado deverá ser apresentado. Após a apresentação, quem facilita pergunta:

- De que adianta ver de forma gráfica o mapeamento de atores? O que vocês interpretam dele? Está faltando alguma informação?
- Vocês identificam algum(ns) dano(s) causado(s) por esses atores a vocês, à sua organização?
- Qual é a finalidade de causar esse dano a vocês?
- Podem atuar sobre algum ator diante das estratégias que ele utiliza para danificar vocês? O que vocês fariam?

### **SUGESTÕES METODOLÓGICAS PARA O MAPEAMENTO DE ATORES**

Antes de começar, é preciso definir sobre qual aspecto querem fazer o mapeamento de atores. No final do exercício anterior, se perguntou se houve alguma atividade específica que pôde ter detonado a situação de risco. Essa atividade pode ser considerada para identificar os atores que serão incluídos na análise. No entanto, se o que interessa é atuar de forma preventiva, antepor-se a possíveis cenários de risco, esse é o momento de combinar se a avaliação será feita sobre o objetivo geral da organização (missão) ou se desejam delimitar em torno de alguma atividade ou estratégia em específico.

O resultado do mapeamento irá variar dependendo do objetivo a ser analisado. Ou seja, os atores podem variar se se faz um mapeamento de atores sobre o objetivo geral da organização (será um mapeamento muito amplo) ou se se faz sobre o objetivo de um projeto ou uma atividade ou uma estratégia (será mais focalizado). É possível que alguns atores estejam presentes em todos os mapeamentos, ou que alguns deles mudem, por isso é importante defini-lo.

Sem importar qual será a técnica a utilizar, é preciso mencionar que:

- Tentem identificar e colocar nome e sobrenome, e/ou cargo dos perpetradores (especialmente se for uma autoridade).

Sempre que possível, identificar o seguinte para cada ator:

- São conhecidas as parcerias que eles têm e sobre que tipo de poder estão sustentadas.
- São conhecidas as estratégias que usam.
- Possuem ou não precisam de uma imagem de legitimidade e legalidade.
- Não hesitam em exercer algum tipo de violência: política, econômica, iconográfica (uso de imagens ou símbolos), verbal, armada, etc., para conseguirem o que querem.
- Mais alguma coisa?

## **REFLEXÃO DE ENCERRAMENTO**

*(independentemente da técnica utilizada)*

A partir do enfoque psicossocial, o mapeamento de contexto e de atores é fundamental para sabermos o que e quem estamos enfrentando na defesa de direitos. Também é importante porque, de certa forma, nos devolve a compreensão daquilo que vá acontecendo na história do país e, em particular, na região específica dos atores que podem nos prejudicar. Nos permite começar a analisar a violência sociopolítica, a identificar seu modus operandi e, principalmente, aquilo que visa perante as diferentes expressões que se opõem ao poder. Um ato violento está carregado de muita confusão, porque chega de forma inesperada, existe perda de controle e incerteza sobre a vida diante do que acontece. Portanto, se trata de sair da confusão para ler com ferramentas aquilo que acontece e, dessa forma, entender melhor o que se passa. Isso nos fornece mais certeza e nos ajuda a recuperar o controle da situação. Lembremos que um dos alvos da violência sociopolítica é gerar confusão, incerteza, medo, entre outras afetações. Efetuar esta análise permite visualizar essa intencionalidade e compreender seus alcances; olhar de forma ordenada aquilo que acontece no contexto contribui para contrariá-la.

Fazer o mapeamento de atores o mais detalhadamente possível nos ajuda a focalizar para quem devemos encaminhar as nossas estratégias com a possibilidade de dissuadir esse ator de realizar algum ataque contra nós. Igual do que o contexto, é vital efetuar uma análise de atores de maneira periódica, porque eles também são dinâmicos. Talvez seja possível identificar atores aliados, inclusive dentro das próprias autoridades, ou atores aliados poderiam virar atores opostos, ou identificar a presença de novos atores, dos quais seria necessário saber mais. É importante conhecê-los não apenas pelo seu nome, mas também para saber quem eles são, com quem se relacionam, de que dispõem e como fazem as coisas.

Recuperando a reflexão do exercício anterior, o mapeamento e a análise de atores nos permitem identificar aqueles que são afetados nos seus interesses e que são contra a atuação das pessoas defensoras, pelo que podem significar uma fonte de ameaça. Da mesma forma, é possível reconhecer aqueles atores com quem existe afinidade e que poderiam fazer parte da nossa rede de apoio. Finalmente, é possível considerar os atores cujo papel pareça indefinido ou pouco claro: é preciso monitorizá-los para ter certeza da sua atuação no futuro. Nesta análise desde o enfoque psicossocial, as ações dos atores podem ter consequências, não apenas na segurança, mas também no projeto político, na dinâmica interna e no bem-estar psicoemocional dos sujeitos políticos. Para entender a forma em que a violência opera, assim como os impactos gerados por ela, é preciso analisar quem a provoca e quais as suas intenções.

Nesta seção sugerimos três alternativas para efetuar o mapeamento de atores; a eleição do exercício irá depender do número de pessoas que estiverem participando da oficina, do tempo de que dispõem e do objetivo estabelecido para realizá-la. A pessoa que facilita irá avaliar o que é mais adequado ou, inclusive, se existe uma técnica diferente para fazê-lo.

## **ANÁLISE DE INCIDENTES DE SEGURANÇA E AMEAÇAS**



Em uma avaliação de risco a partir do enfoque psicossocial é fundamental falar dos impactos gerados por esta situação de maneira individual e coletiva, pelo que é preciso dar um espaço a esse momento e tomar cuidado para não abrir temas ou situações que deixem as pessoas em maior vulnerabilidade, ou que não saibamos como manejar. Por exemplo, tomar cuidado para não minimizar ou maximizar as situações ou ter atitudes invasivas ou de superproteção. É melhor opção manter uma atitude de escuta a respeito daquilo que é compartilhado; permitir à pessoa fluir ao seu ritmo e do seu jeito (sem forçá-la com perguntas em momentos de silêncio); não decidir o que é o melhor para elas e eles nem os sobrecarregar com um acúmulo de ações.

É recorrente e normal que, na reconstrução de situações de violência, emergja a dor e o temor do vivido. É necessário que aquilo compartilhado pela(s) pessoa(s) seja tratado de maneira empática, sensível e humana. A racionalidade dá lugar às emoções e, por vezes, existe temor disso acontecer por parte da facilitação, porque se pensa que atravessa aos terrenos da atenção psicológica. O enfoque psicossocial questiona esta crença, já que consideramos que é possível desenvolver a habilidade para encarar esses momentos dolorosos, escutando e validando o depoimento, as emoções e as reações que sejam produzidas. A escuta atenta permitirá se conectar e assumir uma atitude respeitosa perante a dor, como, por exemplo, aceitar o silêncio. Escutar permitirá a quem estiver efetuando a avaliação estruturar a ordem do que foi compartilhado para explicar o acontecido, mas também para apoiar na sua resignificação e transformação diante do caos provocado pela violência sociopolítica.

Neste espaço, são entrelaçados os elementos da avaliação do risco e o psicoemocional, que dizer, aquilo que se sente, se pensa ou se acredita diante do dano, entendendo que tem uma explicação e uma origem. A avaliação de risco é uma contribuição para a reconstrução da pessoa, desde que aposte em fortalecê-la como sujeito político e cuide de não revitimizá-la. Perante isto, sabemos que enquadrar a avaliação de risco representa um desafio, porque haverá temas que não poderão ser trabalhados no momento por conta da complexidade que acarretam e pelo nível de intervenção que isso exigiria. É fundamental levar tudo isso em consideração, porque a avaliação de risco geralmente visa atender às necessidades imediatas que poderiam pôr em perigo a vida ou as liberdades dos sujeitos políticos, em certos casos relacionadas com ameaças ou incidentes associados à sua atuação na defesa.

Por conta disso, compartilhamos ferramentas para registro e análise dos incidentes e ameaças como parte da avaliação de risco. É preciso levar em consideração que, além dos impactos próprios destas situações, podem aparecer outros que precisem de acompanhamento mais profundo e planejado, assim como a necessidade de uma intervenção psicoterapêutica, médica ou psiquiátrica, segundo o nível de afetação emocional, sempre tomando cuidado para não patologizar<sup>6</sup> os sujeitos políticos, pelo que é preciso contemplar a possibilidade de que existam impactos que requeiram de um outro tipo de atenção complementar ao que possa ser oferecido desde o psicossocial e, se isso acontecer, contar com opções para poder sugerir a quem recorrer.

---

6 Diagnosticar o comportamento ou reação considerada como “anormal” de uma pessoa e associá-la com doenças suscetíveis de serem medicadas.

## Exercício 6.

### ANÁLISE DE INCIDENTES DE SEGURANÇA

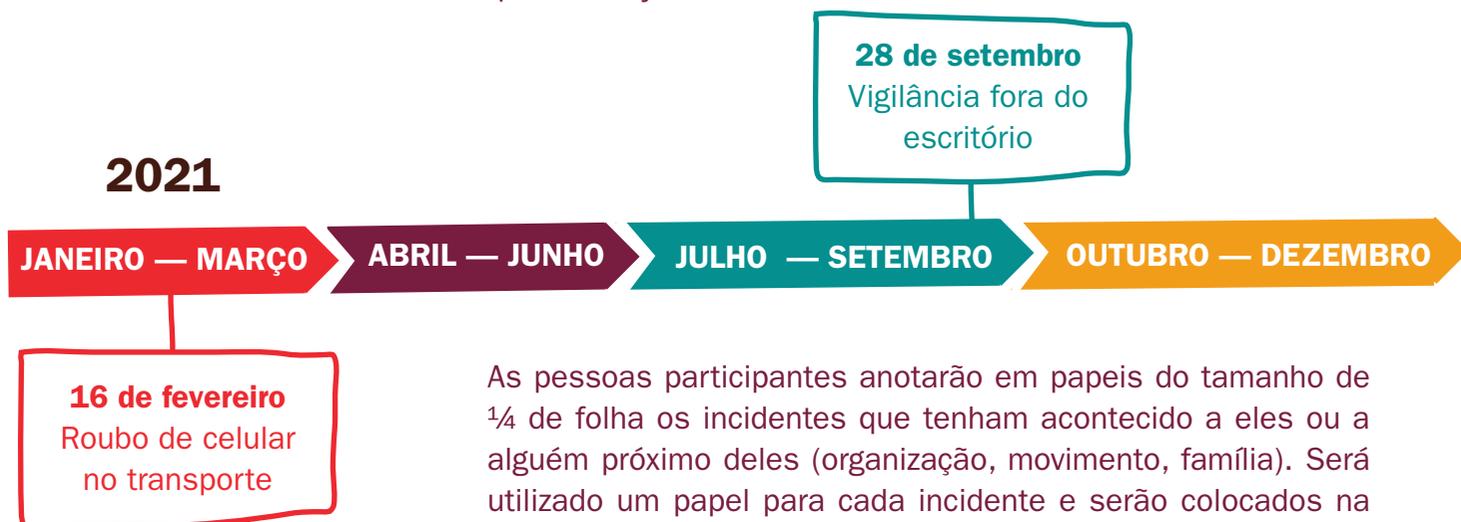
**OBJETIVO:** Compreender e identificar o que é um incidente de segurança.

 **1 hr. 30 min**

#### MATERIAIS:

flip charts, marcadores, papéis do tamanho de  $\frac{1}{4}$  de folha e fita adesiva

Perguntar se há noção do que é um incidente de segurança. Oferecer a definição; podem ser usados alguns exemplos de apoio: uma pessoa desconhecida se aproxima e faz comentários intimidantes, alguém tira fotos ou vídeo, mensagens escritas ou imagens alusivas a qualquer tipo de violência ou simbólicas, seguimento, vigilância, mensagens de terceiros, roubo de dispositivos (celulares, câmeras, gravadores, pen drives), roubo de informações, intervenção nas comunicações (celular, computador), etc. A análise dos incidentes é realizada em uma linha de tempo. Para fazer isso, é preciso combinar o período a ser analisado (anos e meses) até o momento em que a(s) pessoa(s) sofreu a ameaça ou agressão objeto da avaliação de risco. O tempo será definido de acordo com as necessidades, no entanto, sugere-se que não seja mais de um ano.



As pessoas participantes anotarão em papéis do tamanho de  $\frac{1}{4}$  de folha os incidentes que tenham acontecido a eles ou a alguém próximo deles (organização, movimento, família). Será utilizado um papel para cada incidente e serão colocados na linha do tempo de acordo com o ano e o mês correspondentes. Não é necessário que se lembrem do dia exato, mas sim do mês que aconteceu aproximadamente.

A pessoa que facilita lê cada papel e retira os repetidos. Pode solicitar para os participantes explicarem o evento acontecido ou perguntar se algum evento não fica claro. Ao mesmo tempo, pode ir anotando em um flip chart os riscos e ameaças que sejam identificados.

Ao finalizar a leitura, poderá perguntar:

O que este exercício lhes faz pensar? O que indicam esses incidentes? Em que momento já sentiram maior temor? Os incidentes vão se agravando?

Quem poderia ter provocado esses incidentes? Há suspeita de algum ator?

Como enfrentaram a situação? O que mais podem fazer?

Posteriormente, o facilitador integra outros elementos que poderiam não ser percebidos; pode apoiar-se incluindo reflexões sobre o contexto, os atores, as maneiras em que têm acontecido, a intensidade, o tempo entre um incidente e o outro, algum componente de gênero. De certa forma, a ideia é reconstruir como se chegou à ameaça ou à agressão em questão.

Pode acontecer que quem facilita identifique algum incidente que nem necessariamente é um risco e encoraje aos participantes a refletirem através de perguntas.

O facilitador, chama a atenção sobre aquilo que escreveu no flip chart, os riscos e ameaças. Explica que os incidentes são atos específicos que se traduzem em ameaça ou risco específico e que é preciso trabalhar neles de maneira preventiva. Evidencia as emoções que se manifestam e a forma em que se relacionam com a finalidade desses atores para exercer violência. Uma dessas emoções pode ser o medo, que poderia se potencializar se os sujeitos políticos tivessem muitos incidentes. Analisá-los a partir do seu conteúdo, texto, símbolos, forma, etc. e cruzá-los com supostos de quem poderia provocá-los e com qual objetivo, fará com que seja possível pôr esse medo em justa dimensão.

### **REFLEXÃO DE ENCERRAMENTO SOBRE A ANÁLISE DE INCIDENTES**

- É muito importante compartilhar e levar registro dos incidentes e analisá-los conjuntamente (na organização, no movimento ou em família). O registro é de ajuda desde que seja simples e contenha dados básicos, como data, hora, lugar, o que aconteceu, a quem, o que fizeram. É preciso considerar que há incidentes mais difíceis de identificar, diferente de outros que são muito evidentes.

- A comunicação constante ajuda para aprender a identificá-los, isso precisa ser exercitado para “ver” com maior profundidade e reconstruí-los de tal forma que nenhuma lembrança fique por fora: tudo é importante.
- Os incidentes são indicadores de que a nossa atuação está sendo efetiva, também são o semáforo que nos anuncia se uma situação pode se tornar perigosa para tomarmos as medidas necessárias de imediato ou se é possível relaxá-las, sem eliminá-las.
- A maioria dos incidentes são provocados por atores externos, porém, também há incidentes que podem ser causados por algo que nós fazemos inadvertidamente, que não pensamos que poderia nos colocar em perigo, a nós mesmos ou aos outros. Geralmente, trata-se de costumes e práticas que devemos nos esforçar por modificar. Nesse sentido, o diálogo será importante para descobrir por que não estão sendo atingidos, se há cansaço, se existe oposição em certo sentido e não é expresso, etc.
- É importante entender a diferença entre incidente de segurança e ameaça, no sentido de que toda ameaça é um incidente de segurança, mas nem todo incidente é uma ameaça.
- Analisar os incidentes em conjunto, com elementos como o contexto e os atores, ajudará a descartar os cenários que possivelmente estejam gerando muito medo, mas que nem necessariamente serão um risco, ou identificar os cenários de muito risco, embora não estejam gerando medo.

No entanto, o tratamento dos incidentes pode ser complementado com a análise das ameaças e pode ser realizado de maneira simultânea o separadamente. Contudo, analisar as ameaças com anterioridade ajuda a ver a forma em que a agressão foi construída e como o anúncio do dano se tornou uma ameaça explícita. Lembremos que, a partir do enfoque psicossocial, é imprescindível analisar a relação entre os elementos de avaliação do risco e os impactos psicossociais. Por isso, antes de analisar incidentes e ameaças, é preciso identificar se o medo experimentado é muito, porque, nesse caso, será melhor trabalhar antes com o medo, como abordado mais adiante.

## Exercício 7.

**ANÁLISE DE AMEAÇAS**<sup>7</sup>

**OBJETIVO:** Compreender o que é uma ameaça e oferecer elementos para analisá-la.



**45 min**

**MATERIAIS:**

flip charts,  
marcadores, papéis  
de diferentes cores,  
do tamanho de ¼ de  
folha, e fita adesiva

Para começar a facilitação, explique o que é uma ameaça. É preciso diferenciar as ameaças encaminhadas a uma pessoa, que têm uma finalidade, uma intencionalidade, e que podem ser realizadas de maneira direta (à pessoa em questão) ou indireta (pessoas próximas da organização, do movimento em resistência ou da família). Existem outras ameaças que são de contexto, quer dizer, do entorno de violência sociopolítica onde a atuação é realizada.

Há seis elementos para analisar uma **ameaça**. Pedir para a(s) pessoa(s) com quem estejam trabalhando para responderem seis perguntas em torno da ameaça. Para isso, usar cartões de diferentes cores (uma para cada pergunta):

- **Colher fatos.** O que aconteceu? Quando? Onde? Como aconteceram os fatos? Quem esteve envolvido? Qual foi o tipo de ameaça? Houve algum componente violento de gênero? Trata-se da descrição do acontecido e nenhum detalhe deve ser omitido.
- **Determinar se existe um padrão.** Ter referências de ameaças acontecidas com anterioridade: é possível identificar elementos em comum? Momentos (tempo, espaço, em um período de atividades), meios usados para fazê-lo, palavras e/ou símbolos semelhantes, mensagens de gênero, etc.
- **Supor o objetivo ou a intenção de quem ameaça.** O que querem conseguir?
- **Identificar a fonte da ameaça.** Quem está por trás? É mais fácil se existe o hábito de realizar análises de atores, isso delimita e concretiza as possibilidades de identificar a(s) pessoa(s) que tenta(m) prejudicar.

<sup>7</sup> Baseada na metodologia para analisar ameaças proposta por Protection International, em: [https://www.protectioninternational.org/wp-content/uploads/2012/04/Nuevo\\_Manual\\_Proteccion.pdf](https://www.protectioninternational.org/wp-content/uploads/2012/04/Nuevo_Manual_Proteccion.pdf)

- **Avaliar a probabilidade de ataque.** A fonte identificada como possível ameaça pode cumpri-la? De que dispõe para levá-la a cabo? O que fazemos ou o que não fazemos que lhe dá oportunidade de agir? É preciso considerar todos os elementos em conjunto para chegar a uma conclusão. Pode acontecer que a interpretação entre as pessoas objeto da ameaça não coincida e, se for assim, é melhor pensar em agir sob a pior circunstância.
- É recomendável explorar a forma em que experimentamos a vivência da ameaça, a percepção de cada pessoa é válida e importante, algumas perguntas que ajudam são: O que aconteceu com meu corpo, minhas ideias, minhas emoções, minhas crenças após ter vivido essa ameaça? Como nos afeta?
- **Reagir.** O que decidimos fazer?

Encerramento do exercício. A pessoa que facilita pergunta qual é a conclusão final e como foi que chegaram a ela. Se alguma coisa não for clara, deverá propiciar a reflexão individual ou coletiva para integrar todos os componentes que foram colocados nos passos anteriores. Se houvesse alguma análise que não tivesse sido considerada, a facilitação pode colocá-la em forma de pergunta para abordá-la.

### REFLEXÃO DE ENCERRAMENTO PARA A ANÁLISE DE AMEAÇAS

- A ameaça é a forma usual e mais fácil que os atores opositores têm para parar a defesa dos direitos e sempre gera impacto em aqueles que a recebem. Parte da finalidade é incutir medo, paralisar, criar confusão, e por isso é importante analisá-la para saber se existem elementos suficientes para que seja levada a cabo.
- É preciso contar com informações suficientes e verificadas para efetuar a análise. No entanto, isso nem sempre será assim e devemos trabalhar e especular com as informações de que dispomos, isso também torna evidente aquilo que precisamos saber de nós mesmos(as), assim como os nossos “pontos fracos” ou fraquezas.
- Não perder de vista a forma em que as ameaças se manifestam para mulheres e homens. Para as mulheres, se focam na vida pessoal, no papel que “têm” que cumprir, no controle e a humilhação do corpo, da sexualidade. Nos homens, põem à prova sua “coragem”, sua capacidade de proteger os outros, o quanto podem “aguentar”.

## LEITURA LOCALIZADA DO RISCO

A fórmula sobre o risco não é suficiente para realizar uma análise desde o enfoque psicossocial, no entanto, ajuda para sintetizar e ver de quais vulnerabilidades e capacidades específicas dispomos diante da ameaça e do risco. É por isso que propomos enriquecer a análise abordando também os impactos e afrontamentos associados às vulnerabilidades e capacidades exploradas durante o exercício.

Lembremos que por impactos nos referimos às perdas, afetações ou mudanças abruptas geradas a partir de situações limite em diferentes âmbitos e níveis da vida dos sujeitos políticos, enquanto os afrontamentos dizem respeito às respostas ou reações expressas perante a violência sociopolítica para cuidar da vida, da integridade e da dignidade. Os afrontamentos tendem a ser mais difíceis de serem identificados, porque frequentemente as reações ou respostas neste tipo de situações se percebem ou experimentam desde o juízo.

Exercício 8.

### FÓRMULA DO RISCO <sup>8</sup>

**OBJETIVO:** Compreender o que é o risco, ver de que está composto e onde é possível atuar.



**3 hr 30 min**

Começar explicando o que é o *risco* e apresentar a fórmula abaixo:

#### MATERIAIS:

flip charts,  
marcadores,  
papeis de  
diferentes cores,  
do tamanho de  
¼ de folha, e fita  
adesiva



<sup>8</sup> Fórmula do risco adaptada, original da Protection International, em: [https://www.protectioninternational.org/wp-content/uploads/2012/04/Nuevo\\_Manual\\_Proteccion.pdf](https://www.protectioninternational.org/wp-content/uploads/2012/04/Nuevo_Manual_Proteccion.pdf)

A pessoa que facilita retoma o que é uma ameaça e compartilha os conceitos de vulnerabilidade e capacidade. Poderiam ter os conceitos à vista, anotados em um flip chart ou em um quadro. A fórmula de risco é uma representação para expressar que o risco, ou seja, a possibilidade de algum dano acontecer, depende não apenas da ameaça, mas das nossas próprias fraquezas e fortalezas diante da ameaça específica. Portanto, as vulnerabilidades devem ser reduzidas e as capacidades aumentadas para que a ameaça não seja cumprida ou para que o seu impacto seja menor. Para fazer isso, temos que saber de quais ameaças serão identificadas as vulnerabilidades e as capacidades. Se houver tempo disponível, é possível trabalhar a ameaça objeto da avaliação de risco e também aquelas que surgiram no exercício dos incidentes de segurança. Talvez isso seja impossível se houver muitas, se esse for o caso, é preciso priorizar em quais irão trabalhar.

Priorizar não é fácil e é preciso chegar a um acordo da maneira mais consensual possível. Quem facilita poderia abrir espaço de discussão para decidi-lo. Sobre quais elementos poderíamos priorizar? Sobre a probabilidade de que aconteça cada ameaça, a capacidade do agressor e o impacto ou o dano que poderia causar.

O nível de risco pode ser avaliado da seguinte maneira:

**ALTO** Haveria dano irreversível ou desmedido em diferentes dimensões (integridade física, psicoemocional, política, material, espiritual) no individual e/ou no coletivo. A repressão sociopolítica é tão forte que o projeto político e as crenças perdem sentido. Poderia paralisar total ou significativamente o trabalho. O risco não poderia ser assumido.

**MÉDIO** Haveria dano parcial, mas existe a possibilidade de manter o projeto político e estratégico da organização, a reivindicação de direitos ou a conservação de uma resistência. O risco poderia ser assumido.

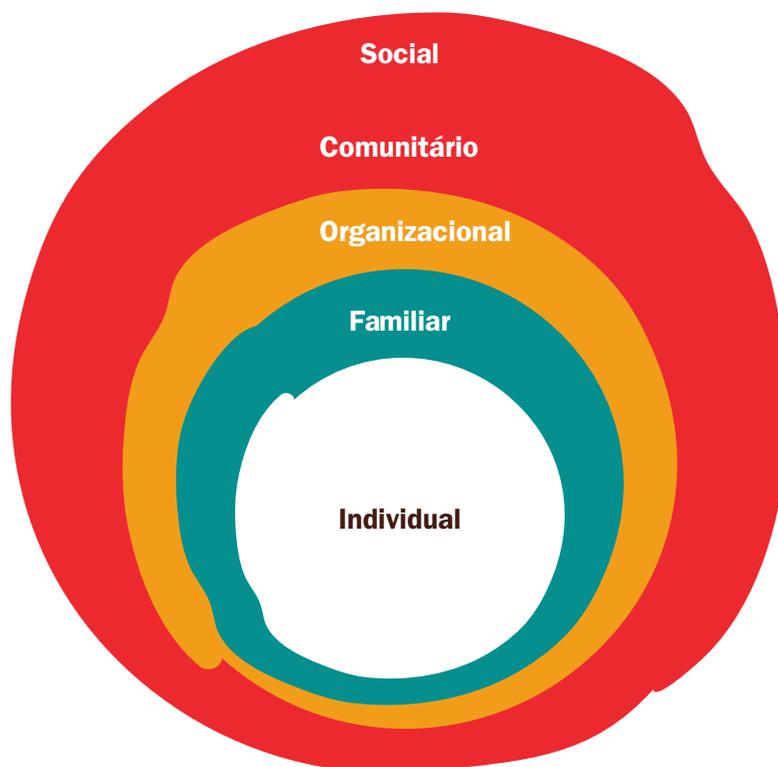
**BAIXO** Não afeta a integridade, nem o projeto político e/ou estratégias, mas existe dano do tipo psicoemocional que, se não for atendido, poderia afetar mais adiante a dinâmica interna da organização, do movimento ou da família. O risco poderia ser assumido.

Depois de ter priorizado, é preciso focar-se em identificar as **vulnerabilidades e capacidades** de cada ameaça. A pessoa que facilita menciona que tanto as vulnerabilidades como as capacidades são fatores que podem ser controlados, que modificá-los está nas nossas mãos. Pode acontecer que algumas vulnerabilidades e capacidades se repitam em outra ameaça, porque estão ligadas entre si. Pedir que preencham a matriz incluída no Apêndice.

Igual do que com as vulnerabilidades e capacidades, será aberto um espaço para falar sobre os impactos e afrontamentos. Levando em consideração as dimensões do modelo de acompanhamento psicossocial explicadas no início deste guia, solicitar que identifiquem impactos gerados pela ameaça que escolheram para o exercício de acordo com cada nível (individual, familiar, organizacional, comunitário e social), assim como as maneiras em que conseguiram enfrentar essa situação. Ambos serão colocados no esquema abaixo, utilizando cartões de duas cores para diferenciá-los. Algumas perguntas chave neste exercício são:

**Impactos:** Quais as emoções, pensamentos ou ações que identificam que experimentaram nesta situação? De que maneira foram se manifestando? De que modo foi afetada a dinâmica ou a atuação coletiva ou da organização? O acontecido questiona os objetivos e estratégias de trabalho? As relações ao interior do coletivo ou organização foram afetadas de alguma forma?

**Afrontamentos:** Como responderam perante a situação? Contam com apoio interno ou externo à organização para responder? Houve algum vínculo (interno ou externo) fortalecido após a ameaça? Quais os mecanismos que identificam no interior da organização ou coletivo que lhes permitiram responder? Quais os elementos da sua atuação cotidiana que prevalecem apesar da ameaça?



As duas partes do trabalho realizado são apresentadas. A facilitação salienta as reflexões feitas pelas pessoas participantes. Este é o momento em que são retomados os elementos trabalhados anteriormente. A(s) pessoa(s) em risco fazem sua própria avaliação, analisando o risco em todos os seus componentes. É possível que as opiniões difiram, mas o essencial é que possam conseguir uma avaliação coletiva ao balancear as percepções individuais com o diálogo grupal, assim como ver onde têm que colocar os seus esforços para reverter as fraquezas e aumentar as capacidades. Ao nomear os impactos gerados por essa(s) ameaça(s) e reconhecer as diferentes formas em que conseguiram encarar a situação, também contribuem para diminuir o risco e identificar os momentos de oportunidade de possíveis agressões. O papel da facilitação é apoiar a reelaboração ao observar o modo em que certas emoções, ações ou pensamentos possuem um significado diferente daquele que têm perante uma situação de violência sociopolítica; neste contexto, recrudescem, adquirem uma outra dimensão, que pode ser avassaladora. Pode acontecer que algum impacto seja recorrente ou muito interiorizado na maioria do coletivo, pelo que seria conveniente focar-se em falar nele. Porém, isso só será possível desde que a facilitação conte com as ferramentas para fazê-lo. Uma alternativa seria procurar um outro tipo de intervenção para abordar o tema. Contudo, lembremos que o simples fato de nomear o impacto abre a possibilidade para transformá-lo.

### **REFLEXÃO DE ENCERRAMENTO PARA A AVALIAÇÃO DO RISCO**

É importante ter em conta que existem diferentes formas de enfrentar o risco e os impactos da violência sociopolítica:

- a) Aceitá-lo e reduzi-lo. Incidir sobre a fonte da ameaça e aumentar capacidades para reduzir vulnerabilidades.
- b) Evitá-lo. Por exemplo, manter uma atitude discreta, suspender ou mudar algumas atividades, se esconder, abandonar a zona temporariamente se necessário.
- c) Negá-lo. Esta é a opção menos recomendável. Reconhecer que existe e que pode estar acontecendo no interior das organizações ou coletivos pode ser de ajuda.
- d) Enfrentá-lo. Em outras palavras, reagir perante a situação, resignificar, afirmar os momentos dignos ou do trabalho político. A partir do enfoque psicossocial, a alternativa de afrontar é o que visamos reforçar na nossa atuação com os sujeitos políticos.

- A avaliação do risco que seja construída não é absoluta, quer dizer, não podemos contar com análise exata da situação, mas nos aproximamos dela. Devemos lembrar que o risco também muda, em parte porque trabalhamos sobre as vulnerabilidades e capacidades, mas também devido ao movimento dos outros atores ou do contexto. Portanto, é preciso analisá-lo e avaliá-lo continuamente.
- Persiste a inquietude generalizada entre pessoas defensoras de que o risco pode ser mensurado, porém, na verdade, o que podemos fazer é entendê-lo e interpretá-lo. É preciso enfatizar que o nível de risco não é definido com base em um número, mas com base numa análise qualitativa de vários fatores, como revisado (contexto, atores, incidentes, ameaças), além, claro, do trabalho realizado com as vulnerabilidades, capacidades e afrontamentos de que dispõem. Portanto, não visamos eliminar a subjetividade, mas fazer com que todos esses elementos dialoguem para construir uma visão compartilhada.
- O risco se relaciona diretamente com a nossa atuação, uma vez que, como já mencionado, há pessoas que não o percebem de maneira positiva e procuram situações que representem uma oportunidade para atacar. Analisar o risco nos oferece a possibilidade de evitarmos essas situações (mesmo quando o perpetrador tiver a capacidade de agir) e atuar a fim de ter um espaço de proteção razoável, ou seja, no intuito de tomar medidas de acordo com a realidade e com o que precisamos.
- Não há reações positivas ou negativas perante situações limite ou de agressão, apenas existe a maneira em que conseguimos responder nesse momento. Reconhecê-lo dessa maneira nos permitirá compreender a forma em que as situações de risco que os sujeitos políticos enfrentam repercutem no trabalho que desempenham, considerando os diferentes âmbitos e níveis que foram abordados durante o exercício, mesmo quando, no início, não seja possível ver com clareza todos os impactos. Também permite dar novo sentido à forma em que têm conseguido responder a e enfrentar essas situações limite.
- Portanto, tomemos em consideração que a violência sociopolítica desequilibra o bem-estar das pessoas e dos grupos, afetando seu bem-estar psicoemocional, o próprio funcionamento da coletividade, os vínculos que constroem mutuamente e a forma em que colocam os seus objetivos ou estratégias de atuação.
- Os impactos da violência sociopolítica variam e são exprimidos de diferente maneira em cada pessoa, isso irá depender do próprio fato, do estado e circunstância de cada pessoa e de todo tipo de recursos de que disponha para afrontar a situação.

#### **Tema 4. Análise do medo, uma contribuição a partir do enfoque psicossocial**

Na elaboração da avaliação do risco a partir do enfoque psicossocial é preciso, como já revisado, analisar os impactos psicossociais produzidos pela exposição permanente ao risco.

Neste material temos compartilhado alguns pontos essenciais que nos permitem pensar na segurança como uma forma de fazer frente aos impactos gerados pelos riscos aos que os sujeitos políticos estão expostos na sua atuação. Como já mencionado nas seções anteriores, trabalhar na defesa dos direitos humanos e em contextos de violência sociopolítica acarreta um risco, além de que nos afeta em diferentes dimensões: no corporal, emocional, pensamentos e crenças, atividades e ações; e em diferentes níveis: no pessoal, no familiar, no organizacional, no comunitário e no social. Alguns exemplos disso são:

- Afeta os relacionamentos por conta da desconfiança.
- Paralisa as ações de organização e solidariedade.
- Muda rotinas da vida cotidiana.
- Deixa uma sensação de vulnerabilidade e desproteção.
- Afeta a saúde física e emocional.
- Normaliza a violência.



É preciso salientar que esses impactos são normais em uma situação anormal. Como dizia Martín Baró, o anormal é a violência que se encara, e o normal são as afetações que temos e as diferentes formas de enfrentá-las. Uma das emoções mais comuns em situações de risco é o **medo**, que tem uma função de alerta, como mecanismo de segurança que permite prevenir situações de risco. A complexidade deste sentimento é que pode levar à pessoa ou às organizações a estados de paralisia, obsessão ou, até mesmo, culpabilidade.

***O medo refere-se a vivências desencadeadas pela percepção de um perigo verdadeiro ou impreciso, atual ou provável no futuro, que provém do mundo interno do sujeito ou do seu mundo circundante. A objetivação do perigo pode fazer com que o sujeito o configure como risco de ameaça vital. A certeza ou alta probabilidade de a ameaça acontecer torna a insegurança em medo. A percepção da ameaça como iminente pode transformar o medo em terror ou pânico. Falamos em pânico quando um acontecimento perigoso causa uma reação espontânea e desorganizadora no indivíduo ou na comunidade.<sup>9</sup>***

9 Em E. Lira e M.I. Castillo (1991). *Psicología de la amenaza política y el miedo*. [Psicología da ameaça política e o medo.] Chile: Instituto Latinoamericano de Salud Mental y Derechos Humanos (ILAS), p. 61. Disponível em: <https://bit.ly/2B4f2xS>. Citação traduzida para este documento.

Neste caso, falar em medo a partir do enfoque psicossocial como mecanismo da violência sociopolítica pode abrir a possibilidade de abordá-lo de uma outra maneira, tirando-o do individual e outorgando-lhe novos significados, desde uma leitura política e não individual até a forma em que o entendemos e o experimentamos. A esse respeito, identificamos uma estreita relação entre o **risco**, o dano e o **medo**. Como mencionado anteriormente, o medo é uma emoção, uma reação natural a uma ameaça ou risco, no entanto, em contextos de violência sociopolítica também vira uma estratégia de controle social que tem um impacto intencionado por parte de grupos que exercem poder para salvaguardar os seus interesses, ou seja, o medo não é apenas um meio, mas também um fim.

Analisá-lo dessa perspectiva permite dar sentido político às emoções empregadas para gerar paralisia e controle, o que possibilita a ativação de ferramentas emocionais, de segurança, políticas, comportamentais e relacionais para reagir de maneira transformadora e afrontar o risco.

***Neste contexto, o medo se constitui ao mesmo tempo em meio e em fim, condição necessária e resultado procurado da repressão política. A ameaça vital permanente, a ausência de parâmetros estáveis pessoais, grupais, institucionais e sociais, a dissolução crescente dos limites entre segurança e perigo, entre o proibido e o permitido, e entre o real e o possível e a dificuldade para pôr à prova de realidade sensações de ameaça e perseguição provocam uma experiência generalizada de terror e incerteza.***<sup>10</sup>

Podemos identificar pelo menos dois tipos de medo: o medo do conhecido, quer dizer, de uma ameaça concreta, e o medo do desconhecido, ou seja, aquele que gera incerteza por não sabermos muito bem do que trata. Nos contextos de violência sociopolítica, ambos os medos se misturam, de um lado, a arbitrariedade e a desinformação permitem que o medo do “desconhecido” se dissemine; do outro lado, a experiência contínua de repressão expõe a medos mais específicos e certos e com maior probabilidade de acontecerem.<sup>11</sup>

---

10L. Ibacache, J. Meléndez, L. Castaldi, M. Cabrera, e H. Vega (1996). Las huellas del miedo. La represión política: daño y reparación. [As pegadas do medo. A repressão política: dano e reparação.] Em Persona, estado y poder: Estudios sobre salud mental Volumen II, Chile 1990-1995, ed. Comité de Defensa de los Derechos del Pueblo (CODEPU). Santiago Chile: Ediciones LOM, 1996, pp. 29-39. Citação traduzida para este documento.

11Clemencia Correa e Alda Facio (2018). ¿Cómo enfrentamos el miedo en el contexto actual las defensoras?: Diálogo Virtual. [Como as defensoras enfrentamos o medo no contexto atual?: Diálogo Virtual.] México: Aluna Acompañamiento Psicossocial A.C. Jass Mesoamérica. Disponível em: <https://www.alunapsicossocial.org/single-post/2018/12/10/%C2%BFC%-C3%B3mo-enfrentamos-el-miedo-en-el-contexto-actual-las-defensoras>

## REFLEXÃO DE ENCERRAMENTO

- É importante entender que o medo é um dos impactos que podem apresentar-se em situações de risco.

Medo	
Características	Consequências
<ul style="list-style-type: none"><li>- Sensação de vulnerabilidade</li><li>- Estado de alerta</li><li>- Impotência individual e coletiva</li><li>- Alteração do sentido da realidade</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Reconhecimento do risco</li><li>- Reações do corpo</li><li>- Fantasias</li><li>- Aumento do receio</li><li>- Modificação da conduta</li></ul>

- Conhecer o contexto, os atores, seus interesses e estratégias, permite compreender a intencionalidade das suas ações para poder enfrentar de forma consciente os impactos desses fatos.
- Valorizar o risco e construir medidas de prevenção e proteção permite contar com condições de segurança e enfrentar os impactos, um deles muito importante a ser analisado: o medo.
- Fazer um trabalho de reflexão e acordos coletivos permite retomar o controle.
- Enfrentar o medo, falar dele, desagregá-lo, analisá-lo e situá-lo como parte do risco e vice-versa, será um desafio coletivo que irá lhes fortalecer.

### PONTOS CHAVE PARA TRABALHAR O MEDO

- Desmitificar o medo como algo essencialmente negativo, quer dizer, identificar a função que o medo tem na vida social para poder reconhecê-lo.
- Identificá-lo e reconhecê-lo ao dar-lhe um nome e especificar em que consiste.
- Compartilhar o medo/socializá-lo: despersonalizar as experiências do grupo e seus integrantes permite a identificação e o espelhamento.
- Analisá-lo em junto com o risco. Qual é a probabilidade de que aconteça? O medo corresponde ao risco?
- Tomar medidas preventivas e reativas após ter localizado os componentes do medo.
- Realizar novamente o ciclo, levando em consideração que as conjunturas são mutáveis.



### Tema 5. Plano de proteção e protocolos

Como vimos até agora, a estratégia de segurança contém inúmeros elementos que apostam por uma forma integral de atender aos riscos aos que os sujeitos políticos estão expostos. Um desses elementos é o plano de proteção, que contém uma série de ações concretas e sistemáticas que permitem prevenir, mitigar e atuar perante os riscos. Em outras palavras, inclui tudo o que cada organização considera necessário para estarmos protegidos, quer de maneira preventiva, quer em emergências. O ideal é que este plano seja construído de maneira coletiva após ter efetuado uma avaliação de risco ao interior da organização.

Essas medidas, protocolos e planos de segurança visam reduzir riscos perante situações de violência ou atos repressivos, bem como alcançar certo nível de controle do medo e da angústia. Falamos em prevenção quando trata-se de medidas precoces que devem ser implementadas a fim de persuadir, dissuadir e evitar o perigo, reduzir um risco e/ou os impactos dele. Por outro lado, falamos em proteção, quando tem a ver com o tipo de medidas levadas a cabo para resguardar a vida, a integridade física e psicológica, a liberdade e a criação de condições para o desenvolvimento da atuação em defesa dos direitos humanos. A proteção faz mais referência à aplicação em específico de medidas e à reação perante risco iminente.

Se a avaliação de risco for realizada em situação de emergência, seria preciso fazer uma rota rápida de proteção com as necessidades expressadas pela(s) pessoa(s) em risco, retomando tudo que seja produto da análise. As vezes é preciso interromper este trabalho para atender uma crise, caso os impactos tenham sido muito fortes. Por outro lado, também é preciso considerar que, se há organizações envolvidas, é recomendável que elas participem da avaliação ou que conheçam as medidas de segurança combinadas, desde que exista o consentimento das pessoas acompanhadas, com o intuito de facilitar que responsabilidades sejam assumidas no coletivo e contar com melhor coordenação.

Um elemento indispensável na elaboração dos planos de proteção é incluir rotinas de segurança nas atividades da organização, coletivo ou comunidade, de modo que o tema vire parte dos afazeres cotidianos. Algumas formas de fazê-lo, recuperando o que temos revisado até agora, são:

- Realizar análise de contexto de maneira periódica.
- Registrar, analisar e reagir perante incidentes de segurança.
- Designar responsabilidades específicas ao interior da equipe para acompanhar o plano de proteção.
- Alocar recursos (tanto humanos quanto econômicos) ao tema de segurança no planejamento das atividades de cada organização, coletivo ou comunidade.

Não devemos esquecer que o plano de proteção é somente uma parte da estratégia de segurança, pelo que responde àquilo que a organização identificou como risco e aos impactos psicossociais provocados pelo risco, assim como às necessidades e situações que estão atravessando. Este plano contém:

- a) Políticas permanentes que se inserem na dinâmica cotidiana das organizações (por exemplo, políticas de saúde mental, de cuidado da equipe, de manuseio das informações, entre outras).
- b) Um marco de atuação em emergência, que inclui os mínimos indispensáveis para responder em caso de emergência.
- c) Os protocolos para situações específicas dentro da atuação de cada organização, coletivo ou comunidade (por exemplo, um protocolo para viajar a uma nova área, para levar a cabo movimentações, audiências, entre outros).

Lembremos que nas seções anteriores compartilhamos elementos para a estratégia de segurança a partir do enfoque psicossocial. Da mesma forma, no Apêndice 1 são expostos alguns componentes para efetuar a avaliação das medidas de segurança. Ambos podem contribuir para a criação de novas medidas, planos e protocolos, de acordo com as necessidades de cada pessoa, organização ou coletivo, conforme o caso, considerando que nem todas as medidas podem ser aplicadas a todas as realidades.

## Exercício 9.

**PLANO DE PROTEÇÃO**

**OBJETIVO:** Chegar a um acordo sobre as medidas de proteção necessárias no cotidiano e na emergência.



**2 hr 30 min**

**MATERIAIS:**

flip chart,  
marcadores e  
fita adesiva

No exercício anterior foram identificadas, entre outras coisas, as vulnerabilidades. Agora, devemos tornar essas vulnerabilidades, correspondentes a certa ameaça, em capacidades. O exercício pode ser feito em plenária ou em grupos, em função do número de participantes. Para cada ameaça, vamos trabalhar cada vulnerabilidade; perguntar: o que teriam que fazer para transformar essa vulnerabilidade em capacidade?

Após essa primeira intervenção, a pessoa que facilita pergunta: o que vocês poderiam fazer de maneira imediata e o que poderiam deixar para meio ou longo prazo. Fazê-lo em uma matriz daria uma ordem inicial às propostas.

Dependendo da ameaça:

**Vulnerabilidade | Medida(s) | Tempo | Responsável | Recursos**

A partir dessa matriz é possível contar com uma ordem mais exata, por exemplo, escolher quais as medidas que aplicam para o cotidiano desde o início até o final do dia (políticas de segurança); quais as medidas que escolhem pôr em prática em momentos muito específicos, por exemplo, uma viagem, uma audiência, uma coletiva de imprensa, a apresentação de um relatório, qualquer outra atividade que não levem a cabo de maneira contínua e que pudesse lhes colocar em um cenário de perigo (protocolos). Tudo isso pode ser incluído em um documento que recomendavelmente deve ser revisado, alterado ou enriquecido de maneira periódica.

O seguinte passo é trabalhar nos momentos de emergência. Pedir que façam uma cadeia de comunicação, sequencial, para definir, de forma clara, se alguma coisa acontecer, a quem devem ligar e o que essa pessoa deverá fazer ou o que está em suas mãos ativar?

É útil pensar em diferentes níveis da cadeia de comunicação, o primeiro é no interior da organização, o segundo é com redes de apoio local e o terceiro com redes de apoio nacional e internacional, inclusive se houver autoridades às quais poderiam ligar. É preciso contar com um diretório com nomes, números e correios. É possível considerar diferentes cenários: busca, detenção, desaparecimento, ataque, agressão sexual, entre outros.

## REFLEXÃO DE ENCERRAMENTO PARA O PLANO DE PROTEÇÃO

- O plano de proteção não pertence à(s) pessoa(s) que facilita(m), o “que” e o “como” são decisão da(s) pessoa(s) em risco. Não há melhores nem piores medidas, porém existem medidas mais adequadas para cada situação de risco. As decisões são tomadas de acordo com as condições, tempo, modo e lugar de cada organização ou coletivo. Conhecer outras experiências ajuda, porém é melhor considerar ideias que inclusive pudessem parecer “absurdas” e tentar alcançar um consenso.
- Um plano de segurança nem sempre se consegue na primeira tentativa, se conseguem várias propostas que devem ser dotadas de maior conteúdo e clareza, especialmente nas responsabilidades. Considerar que quantidade nem sempre é o melhor, ou seja, não adianta contar com muitas medidas se elas não são postas em prática; é melhor ter poucas, mas que sejam levadas a cabo. É preciso buscar pontos de entrada para avançar aos poucos e passar de ter um plano de proteção para traçar uma estratégia de segurança (integrar o tema em toda a estrutura e estratégias da organização ou movimento).
- As medidas tomadas devem ser consideradas não apenas para o espaço de trabalho, mas também em casa, em traslados e no território. Há ocasiões em que é preciso fazer um trabalho de incidência com autoridades para deter agressões maiores ou para exigir que atuem sobre as acontecidas, em ambas é preciso exigir a sua responsabilidade.

## EM RESUMO:

### CONSIDERAÇÕES PARA A AVALIAÇÃO DO RISCO A PARTIR DO ENFOQUE PSICOSSOCIAL

- Entender a forma em que a violência sociopolítica opera permite dar significado ao risco decorrente da estratégia de repressão contra os sujeitos políticos, ou seja, possui uma intencionalidade. O fato de as pessoas serem conscientes disto facilita a politização da sua visão da segurança.
- O fato de que seja uma reflexão e construção coletiva ajuda a fomentar uma cultura de segurança que permeia a estratégia da organização, tornando-se parte dos afazeres cotidianos e não apenas da reação em emergências.
- A aposta é criar um olhar comum no que diz respeito do risco, a segurança e a violência sociopolítica, sem negar a percepção de cada integrante. Caso contrário, tensões poderiam ser geradas no interior da equipe, assim como polarização e conflitos.
- Analisar o risco permite apontar a construção coletiva de uma visão de segurança mais autônoma, que seja compatível com o projeto político de cada organização, diferenciando-a da conceição tradicional da segurança policial e militarizada.
- Embora a avaliação de risco é uma ferramenta por dentro da estratégia de segurança, também oferece a possibilidade de contar com uma visão geral da situação que o coletivo ou a organização vive nesse momento. Permite identificar os impactos psicossociais e aquilo que seria importante fortalecer.
- Desta perspectiva, a avaliação do risco é uma ferramenta que permite reduzir os custos da violência sociopolítica.
- É importante olhar o risco e o medo como dois elementos que interagem, porém que nem necessariamente se correspondem. Ou seja, as pessoas podem sentir muito medo sem que o nível de risco seja tão elevado; ou podem ter um risco muito elevado e não sentir medo intenso. Trabalhar os riscos ajuda a sentir que ações estão sendo levadas a cabo para afrontar o medo. Para tratar este tema é preciso cuidar que existam condições de estabilidade individual e coletiva.
- Deve se considerar que, ao iniciar o tema de risco, é inevitável que surjam diversos impactos (emoções, conflitos, questionamentos sobre a forma de trabalhar, diferenças na percepção daquilo que está sendo analisado ou o que deve ser feito a esse respeito, entre outras). Em todo caso, o importante é que no espaço da avaliação a escuta seja favorecida, bem como a validação e a necessidade de abordar o tópico em um outro momento. Isto pode fazer parte da rota ou medidas na estratégia a ser construída.

## GLOSSÁRIO

**Afrontamentos.** São aquelas respostas ou reações que as pessoas e grupos têm perante a violência sociopolítica para cuidar da vida, da integridade e da dignidade. Trata-se de ferramentas cognitivas, emocionais, políticas e culturais que vão mudando ou adaptando-se de acordo com os eventos ou situações limite que atravessamos e do contexto em que nos encontramos, portanto, podem mudar de sentido e não ser tão positivas quando se tornam respostas rígidas ou se prolongam por muito tempo. A partir do enfoque psicossocial, os entendemos como aquilo do que a violência sociopolítica não conseguiu nos despojar, reconhecê-los nos permite, além de olhar o dano, valorizar aquilo que permanece, aquilo que não foi prejudicado e a forma em que conseguimos responder. Frequentemente, os afrontamentos são mais difíceis de serem identificados, porque são observados através do julgamento ou da desqualificação; eis a importância de ressignificar essas respostas e tomarmos consciência delas, o que nos permite aproveitá-las de melhor forma e, até mesmo, compartilhá-las. Tal como os impactos psicossociais, se manifestam em diferentes âmbitos (psicoemocional, segurança, dinâmica interna e projeto político), níveis (individual, familiar, organizacional, comunitário e social) e dimensões (corporal, emocional, pensamentos, crenças, atividades e ações).

**Âmbitos de trabalho psicossocial.** Trata-se dos aspectos da vida dos sujeitos políticos que, de acordo com a nossa experiência, são afetados pela violência sociopolítica:

**Dinâmica interna.** Refere-se à análise e abordagem de tudo aquilo que afeta e constrói os relacionamentos existentes no interior de um coletivo ou organização, como as políticas institucionais, os papéis, funções, atitudes, estruturas ou formas de agir, comunicar e se coordenar, a facilitação de processos para resolver conflitos de maneira positiva, para redesenhar uma estrutura organizacional, entre outros.

**Projeto político.** Refere-se às concepções e orientações ético-políticas que norteiam a atuação de uma organização ou das pessoas dentro de um coletivo. Ao enfrentar situações limite por conta da violência sociopolítica, é comum que o projeto político também seja questionado, quer por dilemas, quer por mudanças que surgem ao enfrentar as situações de violência. Muitas vezes, os fatos traumáticos geram rupturas no interior dos grupos, não apenas dos vínculos, mas também dos referentes construídos, por exemplo, a aposta política da organização ou as crenças.

**Psicoemocional.** Refere-se às emoções e sentimentos vividos no processo de afrontar uma situação limite. Em colaboração com os acompanhados, se leva a cabo o reconhecimento dos impactados, visando potencializar as formas de afrontamento que eles têm conforme sua própria experiência. É extremamente importante fazer com que as pessoas acompanhadas compreendam que, em contexto de violência, as emoções que experimentam são exacerbadas e, ao mesmo tempo, manipuladas como parte da estratégia de terror.

**Segurança.** É o conjunto de medidas de prevenção e reação que tomam as pessoas, coletivos, organizações e redes de alianças de organizações em função dos diferentes níveis de risco que possuem pelo exercício dos direitos humanos para reduzir o impacto de riscos decorrentes de situações de violência sociopolítica.

**Ameaças.** É um fato, uma mensagem encaminhada, uma advertência, que representa a possibilidade de alguém prejudicar a integridade física, psicoemocional, política de uma outra pessoa, dos que lhe são queridos ou da sua propriedade, mediante ação intencional e, muitas vezes, violenta.

**Avaliação de risco.** É um processo que consiste em analisar componentes da segurança. É a base sobre a qual será definida a estratégia e as medidas de segurança adaptadas à pessoa, organização, coletivo ou rede. O diagnóstico não é estático, ao depender da conjuntura, muda com o tempo. Por isso é preciso reavaliar de maneira periódica. Idealmente, deveria envolver todas as pessoas na organização (PBI Guia de facilitação-modificado).

**Capacidade.** Fortalezas e recursos dos que dispõe um grupo ou uma pessoa para conseguir condições aceitáveis e razoáveis de segurança.

**Enfoque psicossocial.** É uma maneira de ver, interpretar e compreender aqueles danos pessoais, coletivos e sociais que se manifestam em contextos de violência sociopolítica e, conseqüentemente, vão definindo objetivos e métodos para tratar esses danos através de ferramentas psicoemocionais, de segurança e políticas.

Quando falamos no enfoque psicossocial, nos referimos ao olhar a partir do qual fazemos o trabalho de acompanhamento; significa reconhecer de onde pensamos, a lente que nos permite ver a realidade das violências, os impactos e os processos de afrontamento das pessoas e dos grupos afetados. O foco é a enunciação do local onde nos localizamos para atuar.

**Impactos psicossociais.** Refere-se ao conjunto de tensões, perdas, mudanças ou danos provocados pela violência sociopolítica na vida dos sujeitos políticos. São produto das mudanças abruptas geradas pelas situações limite com que se deparam as pessoas ou grupos e, até certo ponto, dependem das atividades que levam a cabo, dos contextos em que se situam e das suas histórias pessoais e coletivas. De acordo com a experiência da Aluna, são afetações que se manifestam em diferentes âmbitos (psicoemocional, segurança, dinâmica interna e projeto político), níveis (individual, familiar, organizacional, comunitário e social) e dimensões (corporal, emocional, pensamentos, crenças, atividades e ações).

**Impunidade.** Embora, em geral, possa ser entendida como a ausência do castigo daqueles que resultam responsáveis por algum crime e/ou violação de direitos humanos, na Aluna nos interessa salientá-la como a omissão sistemática do Estado para cumprir com a sua obrigação de investigar, julgar e condenar as pessoas que perpetram graves violações aos direitos humanos, desde que a tolerância destes fatos permite que a estrutura na qual estão fundados os atos de violência sociopolítica e patriarcal seja conservada e reproduzida. Portanto, se manifesta na ausência de

castigo, mas também na tolerância sistemática perante a injustiça, a negação dos atos perpetrados pelo Estado e, inclusive, na manipulação dos instrumentos jurídicos e legislativos para perpetuar e legitimar a violência estadual, de modo que é parte fundamental da estratégia de repressão.<sup>12</sup>

**Incidentes de segurança.** Qualquer fato ou acontecimento que poderia afetar nossa segurança pessoal ou como organização.

**Interseccionalidade.** É uma categoria analítica que tem sua origem nos feminismos negros dos anos sessenta e setenta, a partir da qual se coloca uma perspectiva teórico-metodológica que alude à maneira em que as diferentes formas de opressão (derivadas não apenas da condição de gênero, mas também de raça, classe social, etnia, idade, entre outras) convergem em situação determinada. Visibiliza que as diferentes relações de poder se tornam mais complexas ao sobrepor-se ou ligar-se, fazendo ênfase na dimensão política destes cruzamentos e questionando o universalismo que muitas vezes é feito desde os movimentos sociais, a academia ou a defesa dos direitos humanos. Também coloca um questionamento profundo sobre o que significa ser mulher em diferentes contextos -muito além da universalidade imposta pelo feminismo branco-, entendendo que há muitas formas de ser mulher e que, em muitos casos, o gênero não é a única categoria de opressão fundamental,

---

12 Para aprofundar, consultar C. Correa, “La impunidad y sus efectos en la sociedad” [“A impunidade e seus efeitos na sociedade”], em Revista Revuelta 15, ano 7, setembro-novembro de 2009. Disponível em: <https://www.alunapsicosocial.org/single-post/2017/05/18/La-impunidad-y-sus-efectos-en-la-sociedad>

assim como também não o é somente a classe ou a identidade étnica.

**Medo.** O enfoque psicossocial fornece uma visão integral da vivência do medo em contextos de violência: assumimos que o medo é uma emoção, uma reação natural a uma ameaça ou situação de risco; no entanto, perante um contexto de violência sociopolítica, onde localizamos determinados atores que atuam para manter ou impor seus próprios interesses, o enfoque psicossocial nos oferece uma leitura mais detalhada do medo: sem deixar de ser emoção, se torna uma estratégia de controle social que tem um impacto intencionado por parte de grupos de poder. Enquadrar o medo desta perspectiva permite dar-lhe sentido político; podemos falar dessa ação como a “política do medo”, ou seja, conferir sentido político às emoções utilizadas para gerar paralisia e controle. Uma das principais contribuições do acompanhamento é a politização das experiências decorrentes da violência sociopolítica, o que permite ter acesso a mais ferramentas para enfrentar o medo e construir afrontamentos.<sup>13</sup>

**Repressão política.** A entendemos como um ato ou conjunto de atos violentos exercidos desde o poder contra os cidadãos para controlar ou castigar atividades políticas e/ou sociais de oposição.

- São atos intencionais feitos por parte do Estado.

---

13 Aluna Acompañamiento Psicossocial A.C. (2019), *El enfoque psicossocial: Un aporte para el trabajo de acompañamiento en contextos de violencia*. [O enfoque psicossocial: Uma contribuição para o trabalho de acompanhamento em contextos de violência]. Não publicado.

- Implica responsabilidade direta ou com apoio do Estado.
- São feitos sistematicamente sob uma estratégia integral.
- Visam gerar impactos psicossociais na população.
- As ações de repressão têm vários sentidos: controle, normalização e habituação aos abusos e ao poder do Estado.
- Entende-se como objetivo militar não apenas a ação armada, mas todas as dimensões de sentido de vida, cultural, ética, psicológica e social.

**Risco.** É uma possibilidade do dano associado à atuação em defesa dos direitos humanos e/ou ao contexto. É uma avaliação que tende a ser objetiva. É preciso abordar as condições psicoemocionais para poder construir em paralelo as estratégias objetivas de segurança.

**Sujeitos políticos.** Pessoas ou grupos organizados que tomam consciência da sua realidade e se engajam para denunciá-la e transformá-la por meio de processos de questionamento, da procura da verdade e da justiça, e construindo alternativas e projetos para liberação dos modelos de opressão. Tais sujeitos políticos se desenvolvem nos enfrentamentos econômico, político, social e cultural que cruzam os territórios específicos onde habitam e que muitas vezes se significam desde o território corporal, o território biofísico em que vivem, e o espiritual ou cosmogônico, como no caso das comunidades indígenas. As dificuldades que

enfrentam se manifestam nas violações a diferentes direitos ou situações de injustiça, como a violência contra a liberdade de expressão, o crescente aumento de feminicídios e violência de gênero, o deslocamento forçado de populações, o desaparecimento forçado de pessoas, a tortura sistemática, a criminalização do protesto social, a militarização e paramilitarização nos territórios, as campanhas de difamação e ódio, entre muitas outras coisas. Os sujeitos políticos são vítimas da violência estrutural e também são os principais alvos da violência sociopolítica.

**Violência sociopolítica.** É uma manifestação do poder exercido pelos Estados sobre a população para mantê-la sob controle, inibir o descontentamento social e dissolver as lutas de resistência perante as políticas econômicas capitalistas de despojo, repressão, exploração e exclusão. Inclui aquela exercida diretamente pelo Estado ao ultrapassar o uso legítimo da força (violência de Estado), mas também aquela exercida por atores não estaduais (grupos armados paramilitares, crime organizado, corpos de segurança privada, guardas brancas, etc.), cujo objetivo é o controle da população para proteger ou impor interesses políticos, econômicos e ideológicos.

Embora seja importante reconhecer que existem outros atores que a exercem (não apenas o Estado), a natureza desses atores acarreta responsabilidades diferentes. Quando o Estado exerce a violência (por meio de instituições e corporações) perpetra, por ação, graves violações aos

direitos humanos contra a população, porém, quando são os atores particulares os que o fazem, eles cometem crimes (a responsabilidade não é igual, existe em ambos os casos, porém em graus diferentes). Contudo, o Estado viola os direitos humanos por omissão quando não castiga os culpados e deixa que os atos de violência sejam realizados, ou quando atua em aquiescência/cumplicidade com outros atores, como empresas privadas ou entidades paraestatais.

**Vulnerabilidades.** Fraquezas internas próprias das pessoas defensoras e das suas organizações. A condição de vulnerabilidade também responde a situações econômicas e psicoemocionais. Por exemplo: uma vulnerabilidade é não ter celular, mas, se você não tem as condições econômicas, não pode ter um.



## APÊNDICE

Componentes de segurança	Informação para a avaliação	Vulnerabilidade ou capacidade? Por quê?
<b>Estrutura da organização</b>	Grupo organizado ou estruturado? Quem toma e como são tomadas as decisões e responsabilidades?	
<b>Escritório e casas</b>	Características físicas: Tem grades, alarme, câmera de vigilância, etc.? Existe algum local para se esconder / rota de fuga? Relacionamento com os vizinhos: Existe um sistema de alarme entre os vizinhos?	
<b>Mobilidade</b>	Quais os meios de transporte dos que dispõem? Avaliação sobre qual o tipo de transporte mais seguro (público ou privado) dependendo da situação. Contam com protocolos de viagens? Têm um sistema de monitoramento?	
<b>Contexto / Zona</b>	Têm bom conhecimento das zonas de trabalho e da situação de risco? Realização de análise: Possuem contatos de referência nessas zonas? Existe algum local onde possam se esconder / rota de fuga? Acesso à zona.	
<b>Informações</b>	Contam com diferentes fontes confiáveis? Como manuseiam informações sensíveis e onde as armazenam?	
<b>Segurança digital</b>	Trabalham com programas de segurança digital (por exemplo, para cifrar: Truecrypt / PGP / etc.)? Têm correios eletrônicos seguros? Gerenciamento de redes sociais (Facebook / Twitter / etc.)	

Componentes de segurança	Informação para a avaliação	Vulnerabilidade ou capacidade? Por quê?
<b>Comunicação</b>	O que comunicam via celular? Têm a política de não ingressar com celulares às reuniões? Houve alguma vez intervenção de celulares? Contam com sistemas de telecomunicação / bom funcionamento / bateria carregada, etc.? Existe algum sistema de comunicação alternativo ou de emergência?	
<b>Rede de apoio</b>	Têm relacionamento e contatos regionais, nacionais e internacionais (organizações, instituições, delegações, embaixadas, líderes de comunidades, líderes religiosos ou outros atores influentes)?	
<b>Incidência política e visibilidade</b> (recursos próprios ou rede de apoio)	Realizam interlocuções com autoridades em diferentes níveis? Fazem comunicados, ações urgentes, etc.? Têm acesso à mídia (nacional ou internacional / independentes) e sabem se relacionar? Têm a capacidade de convocar / mobilizar pessoas para levar a cabo atividades públicas, etc.?	
<b>Acesso jurídico</b> (recursos próprios ou rede de apoio)	Têm um advogado / representação legal / presença física em juízos ou reuniões, que também responda em emergências?	
<b>Recursos humanos e econômicos</b>	Possuem recursos suficientes para levar a cabo o seu trabalho?	
<b>Componentes psicoemocionais</b> (individual / coletivo)	Têm uma política de Saúde Mental? Contam com apoio externo? (apoio psicológico, supervisão, etc.)	
<b>Emergência</b>	Mínimos: - Cadeia de comunicação - Pessoa(s) responsável internamente - Rede de alerta - Fundo econômico	



